UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO SAMUEL MILAGRES SOARES

GREEN NEW DEAL: INICIATIVAS, DESAFIOS, PERSPECTIVAS DO SUL-GEOPOLÍTICO

Rio de Janeiro

2023

CAIO SAMUEL MILAGRES SOARES

CAIO SAMUEL MILAGRES SOARES

GREEN NEW DEAL: INICIATIVAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SUL-GEOPOLÍTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani

Rio de Janeiro

2023

CAIO SAMUEL MILAGRES SOARES

GREEN NEW DEAL: INICIATIVAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SUL-GEOPOLÍTICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 2023

BANCA EXAMINADORA

_____

Professor Titular Doutor Carlos Roberto Sanchez Milani

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

_____

Professora Adjunta Doutora Jana Tabak Chor

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Eliane e Elias, por todo incentivo, amor e carinho dado ao longo da minha vida. O esforço da minha mãe para oferecer a melhor criação e educação para mim foi e é um dos maiores exemplos de amor que pude observar em minha vida. Sou muito grato a minha namorada, Júlia, por todo amor e companheirismo que foram vitais para a conclusão deste trabalho.

Ter obtido a possibilidade de estudar na UERJ foi uma das maiores dádivas em minha vida. A UERJ é um espaço plural, rico e de constante aprendizado. Agradeço a todos os excelentes professores do Departamento de Relações Internacionais, por terem oferecido o melhor de si, até mesmo nos momentos mais difíceis, como durante a pandemia de covid-19.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Carlos Milani por toda a atenção, preocupação e pelas diversas oportunidades e aprendizados que obtive ao longo da iniciação científica. Os grupos de pesquisa Labmundo e Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas foram espaços essenciais na minha caminhada acadêmica, nos quais pude crescer como pesquisador e pessoa. Destaco também a importância do prof. Dr. Rubens Duarte, por sempre me incentivar e ter aberto o caminho para novos aprendizados, como a cartografia temática.

Por fim, saúdo a todos familiares e amigos que me acompanharam e foram fundamentais neste processo, como Martha, Lucas, Paulo, Pedro, Marcus Eduardo, Igor, Gabriel, Lara, Glênio e muitas outras pessoas que moram em meu coração.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta a discussão sobre os projetos de transição energética, os Green New Deals, analisando suas características políticas, sociais e econômicas. A crise climática que assola o mundo demanda esforço global para redução dos gases de efeito estufa, estes que são provindos, em sua maior parte do setor fóssil. Desse modo, a transição energética define-se como o processo de descarbonização da matriz energética global, ou seja, a superação das energias fósseis pelas energias sustentáveis. Metodologicamente, foi realizado um estudo de caso sobre três países e uma comunidade política, EUA, China, Brasil e União Europeia, a fim de entender a evolução do debate e as diferenças de pensamentos e propostas sobre os projetos de Green New Deal. Sendo assim, foi possível concluir que os projetos de GND apresentam diferentes enfoques, respondem a diferentes demandas, mobilizam atores e perspectivas distintas, principalmente, em relação aos países em desenvolvimento. Eles também refletem os interesses geoeconômicos e estratégicos de inserção internacional de seus respectivos promotores.

Palavras-chave: Transição energética; Green New Deal; Mudanças climáticas; Política internacional.

ABSTRACT

This monograph discusses energy transition projects, known as Green New Deals, analyzing their political, social, and economic characteristics. The climate crisis that assails the world demands a global effort to mitigate greenhouse gases, which come mostly from the fossil economy. Therefore, the energy transition is defined as the process of decarbonization of the global energy matrix, that is, the overcoming of fossil energies by sustainable energies. Methodologically, a case study was conducted on three countries and one political community, USA, China, Brazil and the European Union, in order to understand the evolution of the debate and the differences in thoughts and proposals about the Green New Deal projects. Thus, it was possible to conclude that the GND projects present different focuses, respond to different demands, mobilize distinct actors and perspectives, especially in relation to developing countries. They also reflect geoeconomics and international strategic interests of those agents who promote them.

Keywords: Energy transition, Green New Deal, Climate Change; International Politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Investimento global no setor elétrico comparado ao setor de óleo e gás.....21

Figura 2: Apoio ao Green New Deal entre eleitores cadastrados nos EUA.....30

Figura 3: Mudanças no apoio sobre o Green New Deal por seguimento político.....31

Tabela 1: Características vitais de um Green New Deal.....37

Figura 4: A dificuldade para China realizar sua transição para as energias renováveis.....39

Linha do tempo 1: Evolução do Green New Deal.....51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

14º PQ	14ª Plano Quinquenal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CH4	Metano
CO2	Dióxido de Carbono
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEM25	Movimento para Democracia na Europa
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
GEEs	Gases de Efeito Estufa
GGND	Global Green New Deal
GND	Green New Deal
GND-BR	Green New Deal Brasil
GNDE	Green New Deal Europeu
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
LED	*Light-Emiting Diode*
ND	New Deal
NDCs	Contribuição Nacionalmente Determinada
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Nações Unidas
PEE	Pacto Ecológico Europeu
PIB	Produto Interno Bruto

PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 11

2 **O GREEN NEW DEAL E A SUA EVOLUÇÃO**..... 15

2.1 **Green New Deal 1.0**..... 17

2.1.1 **Green New Deal Group**..... 18

2.1.2 **Global Green New Deal (PNUMA)**..... 19

2.2 **Green New Deal 2.0**..... 22

3 **O GREEN DEAL NAS POTÊNCIAS MUNDIAIS**..... 26

3.1 **Estados Unidos da América**..... 26

3.2 **União Europeia**..... 33

3.3 **China**..... 38

4 **BRASIL E A PERSPECTIVA DO SUL-GEO-POLÍTICO**..... 43

5 **CONCLUSÃO**..... 50

REFERÊNCIAS..... 54

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é marcado por um mundo cada vez mais globalizado, conectado e interdependente, sem deixar de ser desigual, assimétrico e hierárquico, ao mesmo tempo. Os desafios deste século demandam, cada vez mais, cooperação, ação coletiva e esforço global. No entanto, ainda que este seja o século das relações fluidas e da instantaneidade entre pessoas de todo o globo, o sistema internacional continua sendo moldado por uma lógica de poder hierárquica, na qual os interesses de cada Estado prevalecem sobre um interesse global. Desse modo, estes atores, principalmente na temática ambiental, costumam ser reticentes à adesão a acordos internacionais pró-clima, principalmente aqueles que possuem o setor fóssil como estratégico. A humanidade, desse modo, está novamente envolvida em uma disputa entre a manutenção ou transformação do status quo da ordem internacional, desta vez com consequências materiais, energéticas, ecológicas e socioambientais que podem afetar a existência do mundo como o conhecemos.

Isso porque as mudanças climáticas são parte de uma crise civilizatória, onde os seres humanos, se quiserem continuar a habitar o planeta Terra, deverão buscar solucionar as questões da mudança do clima, que envolve o aumento da temperatura global, o aumento do nível dos mares e a intensificação de eventos extremos (secas, inundações, tufões, ciclones, tempestades de todo tipo), fenômenos estes associados com a desigualdade social crescente e a persistência da fome nos planos local e global.

A questão inicial para o enfrentamento das mudanças climáticas parte da necessidade de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Os dados apontam que ⅔ são provenientes do dióxido de carbono (CO2), derivados principalmente da queima de combustíveis fósseis. O metano (CH4) corresponde a ¼, e vem do arroto de rebanho de ruminantes - principalmente gado e da decomposição de resíduos e da vegetação em áreas alagadas. O terceiro gás mais importante é o óxido nitroso, que corresponde a 5% das emissões globais, provenientes, principalmente, do uso de fertilizantes e insumos químicos na agricultura (IPCC, 2022, p.11)

Neste cenário, fica explícita a necessidade de mudarmos, principalmente, a matriz energética pela qual produzimos e consumimos. No entanto, esta mudança não é algo trivial, muito pelo contrário, é uma ação que afeta as relações de poder, estas construídas há mais de

dois séculos, desde a 2ª Revolução Industrial. Além disso, esta mudança impacta diretamente o hábito e estilo de vida de diversas sociedades e indivíduos, no macro e no micro. Sendo assim, há muita reticência ao se debater um sistema político-econômico sustentável. Este debate não é recente, a ideia do desenvolvimento sustentável tem seu início na década de 1970, sob a etiqueta do "ecodesenvolvimento" (Sachs, I, 1993, p.30) ganhando destaque após a 1ª Convenção de Clima da ONU (CQNUMC). Apesar do debate ser antigo e, de certa forma, consolidado no meio acadêmico, sofre com a falta de consonância política entre os principais atores do sistema internacional. Após 40 anos da conferência que marca o debate do meio ambiente como um dos principais temas no cenário internacional e após 27 Conferências das Partes (COPs) realizadas, ainda não conseguimos chegar a um acordo efetivo de redução das emissões. Muito pelo contrário, as emissões de carbono, provenientes, essencialmente, do setor de gás e petróleo, na última década, somente aumentaram (IPCC, 2022, p.10)

Apesar do pessimismo, no final da década de 2000, inicia-se um debate entre os atores climáticos, tanto da academia como em instituições sobre um projeto que viabilizaria a transição energética, este é conhecido por Green New Deal (GND), principalmente nos países do Norte Global. Com a crise financeira de 2008, os políticos, economistas e tomadores de decisão em geral tinham uma meta a seguir, recuperar a economia, crescer novamente e consequentemente gerar empregos. É neste enredo de crise que a oportunidade para tornar o capitalismo com alguma pitada de verde surge. Sendo assim, o debate sobre a transição energética, ou seja, passagem de uma economia marrom (petróleo, carvão e gás) para uma economia verde (energias renováveis) ganha um destaque maior. O GND é um projeto que tem inspiração no New Deal (ND), programa político de Franklin Roosevelt, entre 1933 e 1937, que possuía o objetivo de superar as consequências da crise de 1930 que assolou os EUA. Desse modo, o ND tinha como marca principal o grande investimento estatal em infraestruturas (obras públicas) e regulação do Estado na economia, com o fim de gerar empregos e reestruturar a economia estadunidense. O GND, além da inspiração no nome, traz consigo todos estes objetivos, porém com o adicional da preocupação com o meio ambiente, ou seja, é necessário reestruturar a economia, mas de forma que não contribua para o desastre ambiental e, especificamente, para o aumento das mudanças climáticas.

O debate sobre o Green New Deal divide-se em dois momentos. Como já abordado, incialmente surge no final da década de 2000, estimulado pela crise financeira. Após este momento, o debate ganha novamente destaque no final da década de 2010, principalmente, após a crise sanitária do covid-19. É notório reconhecer como as crises mundiais, tanto financeira

como sanitária, estimularam projetos e pensamentos de mudança estrutural da economia política. De certo modo, há o reconhecimento de que o atual modelo político-econômico está em crise e alternativas precisam ganhar força. Os projetos de GND da primeira fase não tiveram tanto sucesso. Apesar da economia ter se recuperado ao longo da década de 2010, as emissões de gases poluentes aumentaram. Ou seja, a grande importância deste primeiro movimento foi colocar o debate entre os tomadores de decisão e no debate público. Neste momento inicial, temos alguns trabalhos importantes sobre GND, principalmente vindo de instituições e organismos, como o The Blue Green Alliance, desde 2006, o trabalho realizado pelo The Green New Deal Group, desde 2007, o relatório do PNUMA de 2009, "Global green new deal: policy brief march", One Million Climate Jobs, em 2011 e o livro de Edward Barbier (2010), "A Global Green New Deal". A preocupação com a desigualdade social e o efeito das mudanças climáticas nos mais vulneráveis já estava inserida no debate, contudo, numa escala menor. Além disso, não havia a dimensão de zerar as emissões de carbono, somente reduzi-las. Nestes projetos, havia uma preocupação muito maior com a recuperação econômica do capitalismo do que com o esforço de mitigação e adaptação climática.

O segundo movimento do GND tem seu destaque com a resolução n.109, do 116º Congresso dos Estados Unidos, apresentada pelo senador Ed Markey e pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez, ambos do Partido Democrata, em 2019. No mesmo ano, a Comissão Europeia apresentou o Green Deal europeu como uma política comunitária, apresentada como um plano estratégico de ação climática e crescimento abrangente. Além destes movimentos no âmbito político, o debate acadêmico sobre o tema ganha uma relevância, com diversos artigos e livros publicados. Nesta segunda fase, o debate sobre reforma x revolução do capitalismo ganha uma notoriedade maior, uma vez que mesmo projetos que não são adeptos da revolução, ou seja, superação do capitalismo, estão mais pertos de uma reforma mais substancial, uma reforma estrutural da economia, do setor financeiro e da política, ou seja, a dimensão climática e social não está mais separada, a desigualdade se insere no debate sobre GND com o mesmo peso do meio ambiente.

Desse modo, este trabalho visa contemplar o debate sobre os projetos de transição energética, os Green New Deal, debatendo suas características, objetivos e desafios. Como também, busca averiguar as principais diferenças entre os períodos nos quais eles tiveram maior destaque. Para isso, serão realizados 4 estudos de caso, com o intuito de analisar como o debate e a inserção deste tema ocorreu no debate público e político de cada país ou comunidade política. Os casos a serem investigados serão: EUA, União Europeia, China e Brasil.

Metodologicamente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema em documentos oficiais, websites, artigos e livros.

Este trabalho é composto por uma introdução, que abre a discussão para o tema proposto, um primeiro capítulo que busca discutir as principais características do Green New Deal e sua evolução ao longo do tempo, um segundo capítulo sobre os estudos de caso dos EUA, EU e China, um terceiro capítulo para discutir o GND no Brasil e as perspectivas deste projeto para os países em desenvolvimento do Sul Geopolítico. Ao final, uma conclusão apresenta as considerações finais.

2 O GREEN NEW DEAL E A SUA EVOLUÇÃO

Os projetos de Green New Deal surgem a partir da necessidade de se adaptar e mitigar as consequências das mudanças climáticas. Desse modo, estes projetos são caracterizados por serem propostas de transição energética e, em alguns casos, transição social e econômico-política. A transição energética, presente em todos os projetos de GND, tem como objetivo mudar o padrão energético pelo qual a economia mundial se desenvolveu e ao qual ainda é atrelada. Desse modo, transitaríamos de um modelo "marrom" (petróleo, carvão e gás) para um modelo "verde" (eólico, solar, hidrogênio verde) de produção de energia.

O setor fóssil é responsável pela produção de 80% da demanda global de energia (IEA, 2022) e, consequentemente, é responsável por mais de 60% nas emissões globais de carbono. É este cenário que reflete o problema, nosso sistema econômico é majoritariamente dependente de um tipo de energia que é o principal responsável pelo aumento da temperatura global. Além disso, estas emissões são provenientes, majoritariamente, da queima destes combustíveis fósseis pelo setor industrial e do transporte. Dessa maneira, a questão demonstra sua complexidade pela forte dependência do setor fóssil para geração da energia global, uma vez que os setores que mais dependem desta energia "suja" são pilares para o funcionamento do nosso sistema econômico-político, como também vital para o estilo de vida adotado pelas sociedades contemporâneas.

Desse modo, o objetivo da transição energética é conseguir manter a produção de energia global, atendendo as demandas globais dos setores fundamentais para a manutenção da economia mundial, ao mesmo tempo que não emita gases de efeito estufa (CO2, CH4, N20) e, dessa forma, não aumente a temperatura global. Os setores que mais se destacam na produção limpa de energia são os setores solar e eólico. Atualmente, de acordo com o último relatório da IEA (2022), estas fontes de energias serão as que, num cenário de emissões zero em 2050, mais se destacarão dentre as energias renováveis na cadeia global de energia mundial.

Para além da transição na matriz energética, os projetos de Green New Deal abarcam também a necessidade de transitarmos para uma sociedade mais justa e com hábitos de vidas mais coniventes com o futuro sustentável do planeta. Dois temas principais que aparecem em vários destes projetos são a garantia de pleno emprego, com condições de trabalho mais saudáveis e a mudança no padrão de consumo exacerbado, como também adaptação às novas

fontes de energia e produtos que não emitam gases de efeito estufa. Desse modo, fica evidente que, no século XXI, não estamos passando somente por uma crise dos efeitos da produção de energia. Há uma crise social, política e econômica, onde o capitalismo e as políticas neoliberais são questionados.

O sistema internacional é marcado por assimetrias e desigualdades entre os Estados e, consequentemente, entre sociedades e indivíduos. Por exemplo, enquanto há o debate bem desenvolvido sobre a mudança da energia fóssil para as renováveis no Norte Global, muitos países do Sul Geopolítico sofrem com insegurança energética, em muitos lugares ainda não há a presença de energia elétrica para consumo diário. Ademais a desigualdade energética, diversos outros temas, como a persistência da fome global, violência e pobreza, marcam a vulnerabilidade social presente nos países em desenvolvimento, que reflete um modelo econômico-político que não foi capaz ou até mesmo não teve o interesse de resolver estes males. Dessa maneira, o pensamento sobre uma transição que vai além do setor energético e pensa uma nova possibilidade de estruturação da economia e da política evidenciam que o atual modelo está em crise.

Esta crise múltipla (energética, econômica, social e climática) ganha materialidade com a crise financeira de 2008, com a quebra da bolsa de valores do epicentro do sistema capitalista, os EUA. Neste cenário, ficou explícito que mudanças seriam necessárias, principalmente em relação ao papel do Estado na regulação da economia e do setor do financeiro. Contudo, além do problema econômico, as mudanças climáticas já se destacavam como um problema eminente, que demandaria cooperação e ação global. Em 2007, o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), afirmava que os últimos doze anos (1995-2006) estão entre os doze anos mais quentes no registro instrumental da superfície global temperatura desde 1850 (IPCC, 2007). Os efeitos das mudanças climáticas já eram realidade em muitas partes do globo, como destaca o relatório do IPCC:

> "O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como é agora evidente a partir de observações de aumentos na média global temperaturas do ar e do mar, derretimento generalizado da neve e gelo e a elevação do nível médio global do mar." (IPCC, 2007, p. 30, tradução nossa).

Com este cenário, uma parcela dos formuladores de políticas e tomadores de decisão perceberam que não adiantariam reestruturar o sistema econômico sem se preocupar com o meio ambiente. A partir deste ponto, ficou evidente que a crise climática faz parte da crise do capitalismo e não faria sentido retomarmos o crescimento econômico, a partir de incentivos fiscais e investimentos diretos na economia, ignorando a crise do clima.

Não foi possível identificar com precisão quando o termo Green New Deal entrou para o debate público e passou a ser debatido na academia. Contudo, Mastini et al (2020) identificaram que o termo aparece já na década de 1990 no trabalho, em alemão, de Czeskleba et al (1994)[1], este que não foi possível analisá-lo devido ao idioma e a falta de tradução para outras línguas. Posteriormente, o debate aparece novamente no livro de Henderson e Woolner (2005)[2], mais precisamente no último capítulo, "A New Deal for Nature – and Nature's People, onde Roger Kennedy (2005) argumenta que como partes da natureza, os seres humanos também são partes um do outro, ou seja, fazem parte da natureza vivendo como componentes de seu complexo sistema interativo. De certa forma, o New Deal, de Roosevelt, partia deste preceito e era nesse quesito que este projeto se diferenciava de outros regimes que enxergavam as pessoas como meramente partes de um mecanismo de mercado. Desse modo, Kennedy (2005) defende que o New Deal priorizava a população frente a propriedade, uma vez que a propriedade repousa na teoria e a humanidade precede a história. Em 2007, já numa visão mais mercadológica e nacionalista, a ideia de Green New Deal ganha repercussão na grande mídia a partir de uma matéria de Thomas Friedman[3], no New York Times, argumentando que como o New Deal, o GND proporcionaria uma ampla gama de programas e projetos industriais para revitalizar a América. Além disso, Friedman (2007) defende que o GND teria o potencial de criar um poder totalmente novo e limpo, que impulsionaria a indústria estadunidense no século XXI.

2.1 **Green New Deal 1.0**

Por Green New Deal 1.0[4] denomino os projetos propostos no final da década de 2000, no enredo da crise financeira. Como características principais destes projetos estão a busca pela revitalização da economia, criação de empregos e transição energética. São projetos de partida, que proporcionam ao debate climático e energético uma maior profundidade e repercussão.

---

[1] Czeskleba-Dupont, R, Grunwald, A, Hvelplund, F, and Lund, H. European energy policy and Green New Deal: Proposals for the realisation of energy-economic alternatives; 2. enl. and rev. ed.; Europaeische Energiepolitik und Gruener New Deal: Vorschlaege zur Realisierung energiewirtschaftlicher Alternativen. Germany: N. p., 1994.

[2] Henderson, H.L., Woolner, D.B., 2005. FDR and the Environment. Palgrave Macmillan.

[3] Friedman, T., 2007. A Warning from the Garden. The New York Times. pp. A17. https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html (Acessado em 10 de dezembro de 2022).

[4] A utilização da topologia de Green New Deal 1.0 e Green New Deal 2.0 foi proposta por Mastini et al, 2021.

Desse modo, os projetos a serem a analisados no GND 1.0 serão os relatórios do New Economics Foundation, 2008 e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009).

2.1.1 **Green New Deal Group**

Em 2008, a New Economics Foundation, a partir do Green New Deal Group, lança seu primeiro relatório. Reunidos desde 2007, membros deste grupo abordam a noção de uma crise tripla (“*triple crunch”),* crise financeira, aceleramento das mudanças climáticas e aumento dos preços da energia. Os autores argumentam que estes eventos ameaçadores sobrepostos têm sua origem no atual modelo de globalização, mais precisamente, na desregulação financeira. Para enfrentar este atual modelo, seria necessária uma nova regulamentação financeira e fiscal, além de um enorme programa de transformação destinado a reduzir substancialmente o uso de combustíveis fósseis e combater o desemprego.

Este projeto é composto por duas vertentes principais: regulação do sistema financeiro e promoção de energias renováveis. Em relação ao primeiro, se faz necessário uma transformação estrutural da regulamentação dos sistemas financeiros nacionais e internacionais, como também mudanças efetivas nos sistemas de tributação. No segundo ponto, é demandado um programa sustentável para investir e implantar a conservação de energia e as energias renováveis, juntamente com uma gestão efetiva da demanda (New Economic Foundation, 2008). Os autores resumem o projeto de Green New Deal como um programa que visa estabilizar, no curto prazo, e reestruturar, no longo prazo, as finanças, tributos e a cadeia de energia. Além disso, afirmam que o GND é internacional em perspectiva, mas assumem a importância da ação em nível local, nacional, regional e global.

Desse modo, alguns pontos podem ser destacados. Este é um dos primeiros trabalhos que utilizam o termo Green New Deal como um projeto de ação econômico-político, que visa reestruturar, ainda que no longo prazo, o capitalismo atual. Além disso, não há a presença do discurso de zerar emissões de carbono, mas sim reduzi-las. Como um todo, este projeto tem um foco maior na reestruturação do modelo econômico, principalmente o setor financeiro e fiscal. Sendo assim, este pode ser caracterizado como um projeto de GND que, na eminência da crise financeira de 2008, atribuía um valor maior à questão econômica frente as outras crises, que

compõe o chamado "*triple crunch".* Importante salientar que a dimensão social não entra neste tripé de crises.

2.1.2 **Global Green New Deal (PNUMA)**

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2009, publicou um "policy brief", intitulado por "Global Green New Deal" que contou a opinião e comentários de diversas organizações governamentais e da sociedade civil. Este trabalho deriva da pesquisa encomendada pelo PNUMA ao professor Edward Barbier, da Universidade de Wyoming, que, posteriormente, em 2010, lançou um livro sobre o tema.

Este trabalho também está inserido no contexto da crise financeira de 2008 e destaca a ação dos Estados na resposta à crise financeira como uma possibilidade de ação global para a recuperação da economia. Desse modo, é destacado:

> "A crise financeira desencadeou uma resposta política sem precedentes: as taxas de juros foram drasticamente reduzidas, em alguns casos para quase zero, e centenas de bilhões de dólares em apoio à liquidez e novos capitais foram fornecidos aos sistemas bancários em todo o mundo. Além disso, os governos estão planejando implantar recursos fiscais em uma escala sem precedentes: na época em que escrevemos, os pacotes de estímulo fiscal propostos totalizavam cerca de US$ 3,0 trilhões em todo o mundo." (PNUMA, 2009, p. 1, tradução nossa).

Assim, este relatório busca propor recomendações, objetivos e sugestões para a implementação de um projeto de transição energética global, como uma resposta à crise múltipla que o mundo enfrentava naquele momento. Além disso, evidencia que quando há interesse os atores se mobilizam e investem em soluções, como por exemplo o alto gasto em pacotes de estímulos fiscais para recuperar a economia, ou seja, o problema não é o dinheiro, mas sim a falta de interesse dos tomadores de decisão em investir em uma economia sustentável.

Sendo assim, a questão central deste projeto e de outros de GND partem da pergunta, por que ao investirmos em uma recuperação da economia global não a fazemos de forma sustentável? Os formuladores destes projetos enxergaram uma oportunidade de ação para finalmente colocar o debate da transição energética e mudanças climáticas como parte central da economia. Além do fato de que precisavam evitar uma possível nova crise financeira, havia a iminência de uma crise civilizatória (energética com a alta especulação do preço do petróleo, alimentar e hídrica) proveniente da crise climática que passou, cada vez mais, demandar atenção global e soluções.

Este projeto de GND elenca três amplos objetivos como ponto inicial de sua proposta. O primeiro está relacionado a recuperação da economia mundial, dos empregos e proteção aos grupos vulneráveis. O segundo, a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo, alcançando as metas do ODM[5]. Por fim, a necessidade de reduzir a dependência do carbono e a degradação do ecossistema. (PNUMA, 2009, p. 1).

Um ponto de destaque nesta proposta é a necessidade de um ator de liderança para realizar reformas na estrutura econômica e financeira global. A influência do New Deal, de Roosevelt, deriva do fato de que este não foi somente um projeto sobre gastos fiscais, recuperação da economia e geração de emprego, mas também de uma mudança na estrutura política de governança dos EUA (PNUMA, 2009, p.3). Desse modo, é esta característica que os autores do GGND buscam estimular nos tomadores de decisão, ou seja, que haja uma manifestação de liderança governamental em escala global. Contudo, cabe questionar de onde partiria esta liderança, dos atores com mais poder no sistema internacional? E nesse caso, as potências globais são capazes de promover uma ação coletiva global a fim de um interesse global único?

A proposta do PNUMA traz para o debate de transição energética um elemento novo dentre os projetos existentes na época, que está destacado no nome do relatório, o fator global. Desse modo, assumir a transnacionalidade do problema é evidente ao lidar com o tema das mudanças climáticas, uma vez que as emissões de gases poluentes não se limitam as fronteiras nacionais de onde são emitidos. Sendo assim, uma pergunta muito importante levantada ao longo do texto é sobre quem vai coordenar e regular este projeto a nível global? E, desse modo, algumas questões são abordadas, como, por exemplo, seria necessária uma agência supranacional ou os acordos internacionais, como já praticados no sistema internacional, seriam suficientes para a implementação de um projeto global de transição energética? Não há uma resposta clara e efetiva para estas questões tão complexas, contudo é argumentado que a liderança das potências econômicas é vital para o progresso desta iniciativa. Isso se deveria pela desigualdade do sistema internacional e seu sistema de poder hierárquico, onde, por exemplo,

[5] Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram propostos em setembro do ano 2000, quando líderes de 189 países se encontraram na sede das Nações Unidas em Nova York e aprovaram a Declaração do Milênio, um compromisso para trabalharem juntos na construção de um mundo mais seguro, mais próspero e mais justo. A Declaração foi traduzida para um roteiro que estabeleceu oito metas a serem atingidas até 2015. (Nações Unidas, 2010. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio)

o grupo dos G20[6] representa quase 90% do PIB mundial, ⅔ da população mundial e 80% do comércio internacional (PNUMA, 2009, p. 16). Outro destaque vai para o papel da ONU que poderia ser usada para oferecer complexa coordenação, apoio e monitoramento, contudo não a colocam como ator principal na formulação e promoção de um pacto verde global.

Apesar da vocação global do projeto, é argumentado também que as demandas nacionais são de suma importância, logo há a dinâmica local-global bastante reforçada no projeto. Ainda que seja global, não é um projeto de dominação dos países mais poderosos sobre os demais, mas sim um projeto de cooperação global. Neste âmbito, os autores reforçam também notabilidade da cooperação sul-sul, por exemplo, na transferência de tecnologia, destacando o conhecimento tradicional indígena como algo que deve ser disseminado nacional e internacionalmente. Além disso, destacam a promoção do princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas[7] como indispensável para o GGND, onde os países desenvolvidos devem assumir mais responsabilidades e oferecer suporte, na área das finanças, comércio e tecnologia para os países em desenvolvimento.

Sendo assim, o projeto de transição energética do PNUMA é um importante documento no aprofundamento do debate a acerca dos Green New Deals, uma vez que assume a necessidade de uma certa coordenação global entre os países, sem negar o grande esforço que seria uma cooperação para se realizar uma transição energética global. Ainda que não haja respostas e caminhos claros sobre como efetivar algo deste tipo, elementos importantes são postos à discussão, como por exemplo, a necessidade de liderança, nota-se que não dominação ou projeto de poder, mas sim capacidade de articulação global, onde as potências globais são muito importantes neste quesito. Por fim, um ponto que cabe ser destacado destina-se à importância que a pauta social possui neste projeto, uma vez que se é assumido o esforço para se combater a pobreza extrema e entre outras marcas da desigualdade.

---

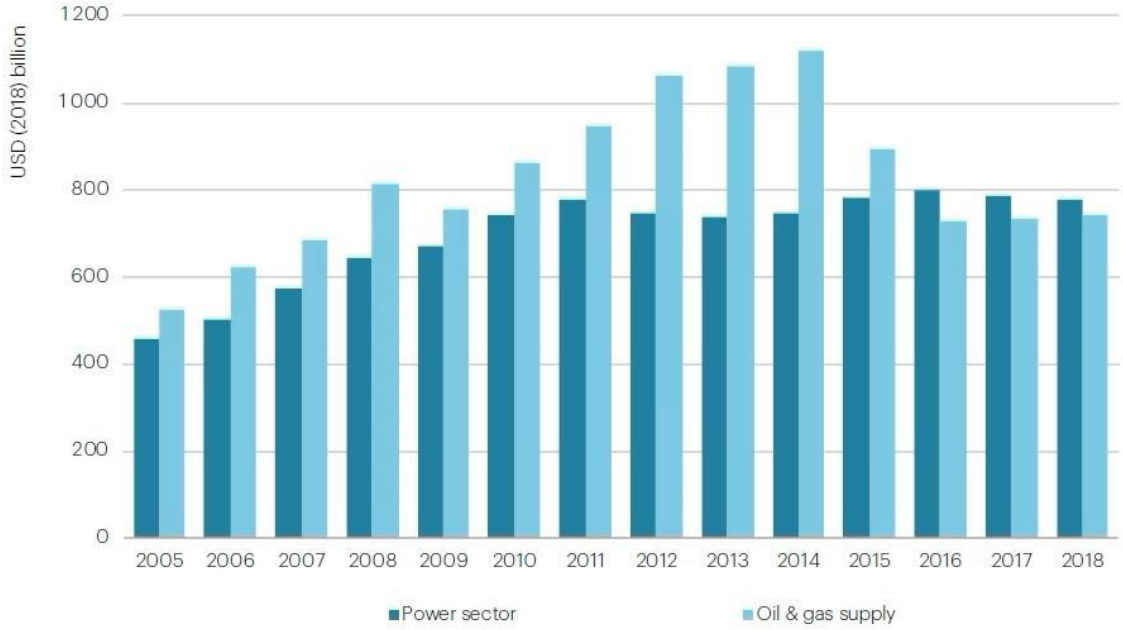
[6] O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum para a cooperação econômica internacional. Ele desempenha um papel importante na formação e fortalecimento da arquitetura e governança global em todas as principais questões econômicas internacionais. Disponível em: https://www.g20.org/en/about-g20/

[7] O princípio das "responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades" (CBDR), consagrado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas desde 1992 (a Cimeira da Terra no Rio e a criação da UNFCCC), refere-se à questão da equidade dentro de uma meta de universalidade: todos os países devem contribuir para a proteção do meio ambiente e para a construção do desenvolvimento sustentável; mas, para atingir esse objetivo, deve-se levar em consideração o fato de que alguns países têm desempenhado um papel maior na degradação ambiental e que existem disparidades nos recursos disponíveis para os países atingirem esse objetivo. Disponível em: https://www.iddri.org/en/publications-and-events/blog-post/cbdr-principle-climate-negotiations-deadend-or-new-start

2.2 **Green New Deal 2.0**

O debate sobre os projetos de GND ao longo da década de 2010 diminuiu. A empolgação com o debate no momento pós-crise de 2008 não perdurou nos anos próximos, talvez influenciado pela retomada da economia pela via dos mesmos moldes tradicionais, grandes investimentos em setores fósseis e não regulação do sistema financeiro.

Figura 1: Investimento global no setor elétrico comparado ao setor de óleo e gás



Fonte: IEA, 2022

Como o gráfico demonstra, os investimentos no fornecimento de gás e petróleo, no período pós-crise financeira, foram maiores do que os investimentos no setor elétrico, o que indica que o debate sobre transição energética dos GND não influenciou os tomadores de decisão, uma vez que o aumento no investimento no setor de fornecimento fóssil foi exatamente no período de recuperação econômica. Entretanto, podemos observar que a partir de 2016, o setor elétrico passa a receber mais investimentos do que o setor de fornecimento de óleo e gás.

Em 2019, o debate começa a se renovar e ganha um peso político maior. Dois anúncios importantes são feitos, o Pacto Ecológico Europeu, pela Comissão Europeia e a resolução n.109, do 116º Congresso dos Estados Unidos, apresentada pelo senador Ed Markey e pela

deputada Alexandria Ocasio-Cortez. Estas propostas são de suma importância, porque dão legitimidade política para os projetos de GND e demonstram para a sociedade civil que a materialização da transição energética pode ser possível. Assim, o debate, principalmente nos EUA, ganha um destaque relevante, onde a temática sobre justiça social e climática passa a ganhar um foco maior. Mastini et al, 2021 afirmam que:

> "Enquanto o GND 1.0 pode ser considerado um exercício tecnocrático em elaborar propostas políticas de cima para baixo para reiniciar a economia após a crise financeira de 2009. O GND 2.0 depende e se vê como parte da construção do movimento de base no contexto das lutas sociais pela justiça ambiental." (Mastini et al, 2021, p. 3, tradução nossa).

Um dos principias trabalhos que servem como base para a análise do GND 2.0 é o livro de Kate Aronoff et al, 2021, "Um planeta a Conquistar". Os autores o intitulam por Green New Deal radical, pois afirma que a mudança que o planeta precisa é ampla e profunda. Desse modo, afirmam que o capitalismo é incompatível com a sustentabilidade do meio ambiente e argumentam que:

> "A forma mais efetiva de reduzir emissões e dar conta dos impactos das mudanças climáticas na próxima década será pela implementação de políticas igualitárias que priorizem objetivos públicos em detrimento de lucros corporativos e canalizem investimentos para comunidades pobres, racializadas e de classe trabalhadora." (Aronoff et al, 2021, p.23).

O GND radical está inserido e se mobiliza através dos movimentos sociais, principalmente por organizações da sociedade civil e reforçam o papel dos sindicatos como instituições que são vitais para a organização dos trabalhadores em prol da luta pelos seus direitos. Desse modo, se nos projetos de GND 1.0, o ator principal a tomar a iniciativa seria o Estado, mais precisamente, no caso do GGND, as potências globais seriam aquelas que ao tomar iniciativa influenciaram os demais países, no GND2.0 a agência parte dos movimentos sociais:

> "Para enfrentar a crise climática, sindicatos, movimentos sociais, populações indígenas, grupos que lutam por justiça social e outras articulações precisarão agir para tomar de volta o poder público das elites responsáveis pelo estado de emergência climática." (Aronoff et al, 2021, p.25).

Nesta proposta, o intuito maior não está na reestruturação da economia e do sistema financeiro, mas sim na busca por uma qualidade de vida maior para os trabalhadores, partindo da ideia de justiça ambiental, onde todos possuem o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo, no qual o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. (Ascelrad et al, 2009). Desse modo, reforçam a necessidade das mudanças bruscas que precisaríamos enfrentar se temos o

interesse de salvar o planeta Terra, como a superação do capitalismo enquanto sistema regulador da vida social, como também a necessidade de eficiência energética, uma vez que precisamos de mais qualidade de transportes, de energia e insumos agredindo menos o meio ambiente.

Na linha deste pensamento mais "radical" há o reconhecimento de que a superação do capitalismo deve ocorrer para que tenhamos um mundo sustentável. Assim, os autores Ying Chen e An li (2021) ao debaterem sobre a relação da formalidade e qualidade dos trabalhos proporcionados pela energia renovável na China, argumentam que para solucionar o alto grau de informalidade presente no neoliberalismo, somente ações deliberadamente antineoliberais e anticapitalistas poderiam favorecer ambientes de trabalhos com mais garantias, como condições de trabalho e salário mais justos. Desse modo, os autores ao focarem no debate sobre o trabalho e não propriamente, no meio ambiente, concluem que como o capitalismo não é mais compatível com saúde planetária, também não é compatível com condições saudáveis de trabalho.

Abordando o conceito de ecossocialismo, Schwartzman (2011, p. 6) defende que, se a humanidade pretende salvar a si mesma, o capitalismo deveria ser superado por um controle democrático coletivo sobre a economia, ou seja, substituí-lo por uma economia socialista planejada democraticamente. Para isso, o autor afirma que é necessário planejamento econômico nacional e internacional para reorganizar a economia e redistribuir mão-de-obra e recursos para esses fins. Somente assim, a sociedade e o meio ambiente seriam priorizados frente ao mercado e a lógica capitalista. Entretanto, Schwartzman (2011, p. 8) argumenta que o planeta não pode esperar que o socialismo substitua o capitalismo para que seja implementado um programa de prevenção. Desse modo, o autor enxerga os projetos de Green New Deal, mesmo aqueles que não visam uma restruturação do modelo econômico, como uma oportunidade, uma vez que esses programas de transição energética comecem sob o capitalismo existente, pode-se abrir oportunidades para transição para um modelo eco-socialista.

Desse modo, uma das principais diferenças entre o primeiro e o segundo partem da concepção de transformação do capitalismo enquanto sistema econômico-político vigente. No GND 1.0 assume-se que o atual modelo produtivo e de consumo no qual vivemos precisa se adaptar a um modelo mais sustentável. Contudo, possui uma visão reformista, ou seja, não almeja uma mudança estrutural. O sistema econômico continuaria sendo o capitalismo, mas com algumas alterações, muito influenciado pela motivação de reestruturar a economia no pós-

crise de 2008. Já no GND 2.0, muito autores e movimentos sociais não enxergam a possibilidade de compatibilidade entre o capitalismo e desenvolvimento sustentável, ou seja, neste caso o capitalismo deveria ser superado para conseguirmos combater as mudanças climáticas. Entretanto, os projetos políticos de GND 2.0, não possuem este discurso tão forte de superação da estrutura econômico-política, mas sim de uma forte reestruturação, como por exemplo, do papel do Estado.

3 O GREEN DEAL NAS POTÊNCIAS MUNDIAIS

Neste capítulo, foi realizado o estudo de caso em três países a fim de buscar identificar a evolução do debate sobre GND e em qual medida estes estão promovendo a transição energética. Desse modo, a escolha destes se fez mediante a importância que cada um representa no sistema internacional, seja por sua influência, capacidade material e poder.

3.1 **EUA**

O debate sobre um plano climático de mitigação às mudanças climáticas e, consequentemente, estimulação ao investimento em pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis inicia-se nos EUA, politicamente, no governo Obama. Enquanto o domínio republicano no Congresso encerrou qualquer chance de novas leis climáticas importantes após 2010, a administração Obama buscou uma agenda agressiva onde novas regulamentações foram impostas sobre usinas elétricas, automóveis, edifícios e terras públicas.[8]

O documento que resume as ações de Obama em prol ao combate às mudanças climáticas[9] abarca diversas áreas de atuação, como a promoção das energias renováveis, a conservação de florestas, os esforços globais de cooperação necessários para a mitigação climática e os investimentos em infraestruturas renováveis, destinados à construção civil e ao setor de transporte. Obama, entretanto, não assume suas ações como componentes de um projeto de transição energética, o que seria o mais próximo de um Green New Deal. Não há o discurso de eliminação de emissões de carbono, ainda que sérios compromissos para a redução destes gases, como é relatado no documento:

> "Fez o maior investimento em energia limpa da história através dos American Recovery and Reinvestment Act (Lei de Recuperação e Reinvestimento), fornecendo mais de $90 bilhões em investimentos estratégicos em energia limpa e incentivos fiscais para promover a criação de empregos e o de tecnologias de baixo carbono, e alavancando aproximadamente US$ 150 bilhões em capital privado e outros capitais não federais para investimentos em energia limpa, resultando em um aumento significante da energia limpa - com a energia eólica triplicando e a energia

[8] https://nymag.com/intelligencer/2019/04/obamas-green-new-deal-worked-climate-change.html
[9] President Obama on Climate & Energy. A HISTORIC COMMITMENT TO PROTECTING THE ENVIRONMENT AND ADDRESSING THE IMPACTS OF CLIMATE CHANGE. 2016. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/therecord/climate#:~:text=The%20Paris%20Agreement%20establishes%20a,dangerous%20levels%20of%20climate%20change.

> solar aumentando em 30 vezes desde que o Presidente tomou posse." (Casa Branca, 2016, tradução nossa).

O governo Obama pode ser visto como um ponto de partida para o enfrentamento com maior seriedade sobre as mudanças climáticas nos EUA, uma vez que foi o governo que mais combateu as questões do clima, tendo como resultado de seus esforços a redução de 9% das emissões de carbono, ao passo que a economia cresceu a índices maiores que 10% (Casa Branca, 2016, p. 1). Para chegar a estes níveis, o governo investiu em pesquisas para reduzir os custos das novas tecnologias. Assim, no período de 8 anos, o custo da energia solar caiu 64%, eólica 41% e do LED 94%. Dessa forma, conseguiu a partir destes primeiros projetos de energia renovável, a capacidade de geração de 15 GW a partir de fontes limpas e a projeção de produzir 86 GW até 2050 (Casa Branca, 2016, p.3).

Além disso, vale ressaltar a importância do governo de Obama em se comprometer com o Acordo de Paris[10], sendo uma peça fundamental para a validação do acordo, contribuindo, por exemplo, com o esforço diplomático com a China, onde metas de emissões foram assumidas por ambas as partes. Além disso, assumiu o compromisso de contribuir com um fundo verde climático a fim de apoiar os países em desenvolvimento. Diversas ações internacionais são relatadas no documento, demonstrando o compromisso climático da administração de Obama e reforçando o status dos EUA como um líder climático, como por exemplo:

> "Na OCDE, foi realizado um compromisso entre mais de 30 países para reduzir o financiamento nas usinas de carvão. Destacam-se relações com países emergentes e potências regionais, como Brasil, México, Índia e Indonésia, onde parcerias foram realizadas em prol do avanço das energias renováveis, conservação de florestas e desenvolvimento de tecnologias para ajudar na transição para uma economia de baixo carbono." (Casa Branca, 2016, p.5)

Uma das iniciativas que marcam o esforço para cumprir os compromissos feitos no Acordo de Paris, foi o lançamento da iniciativa "Mission Innovation"[11], lançada em 2015, em Paris. Esta tem como objetivo acelerar drasticamente a inovação pública e privada global em energia limpa para enfrentar a mudança climática global, fornecer energia limpa a preços acessíveis aos consumidores, inclusive no mundo em desenvolvimento, e criar oportunidades comerciais adicionais em energia limpa. A iniciativa contou com 20 países que se comprometeram a investir em pesquisa e desenvolvimento de energia limpa. Entre os países

---

[10] O Acordo de Paris é um tratado mundial que possui um único objetivo: reduzir o aquecimento global. Ele foi discutido entre 195 países durante a COP21, em Paris. O compromisso internacional foi aprovado em 12 de dezembro de 2015 e entrou em vigor oficialmente no dia 4 de novembro de 2016. Um tempo recorde para um acordo climático dessa envergadura. Disponível em: https://cebds.org/o-que-e-o-acordo-de-paris/#.Y-GOD3bMK3A

[11] http://mission-innovation.net/

estão China, Índia, Eua, Indonésia e Brasil. Estes países representavam 75% das emissões de carbono derivados do setor elétrico, contudo correspondiam também a mais de 80% nos investimentos em energia limpa. (Casa Branca, 2015)

Desse modo, é possível argumentar que os esforços de Obama contribuíram para o enfrentamento climático, uma vez que estimulou o investimento em tecnologias verdes e demonstrou ao mundo que as energias renováveis passariam a compor um lugar estratégico no setor de energia. Mesmo após Trump ganhar as eleições e estimular o uso de carvão, este setor continuou a encolher, ao passo que a energia eólica e solar quintuplicou na última década[12].

Apesar da ala mais à esquerda no debate sobre Green New Deal assumir que as ações de Obama foram ajustes tecnocráticos, onde se prevalecia soluções baseadas no mercado, como imposto de carbono ou limite de emissões[13], a ala mais ao centro neste debate defende que em oposição aos projetos grandiosos de GND, a estratégia de Obama pode servir como referência para cenários mais realistas. Destacam-se 3 iniciativas da administração Obama neste quesito: investimento em energia verde como parte de um projeto de lei de estímulo; regulamentação mais rigorosa; e diplomacia internacional agressiva (Chait, J, 2019)

Uma parcela da literatura afirma que o GND teve seu início com a resolução 109 da congressista Alexandria Ocasio-Cortez, de Nova Iorque e pelo senador Edward J. Markey, de Massachussetts, esta que tem como objetivo reconhecer o dever do governo federal em criar um Green New Deal[14]. O projeto teve a participação de 104 co-signatários, todos filiados ao partido democrata. Sendo 31 congressistas da Califórnia, 13 de Nova Iorque e 8 de Massachusetts, configurando esses 3 estados como os mais relevantes no apoio do projeto. A proposta apresentada por Ocasio possui um caráter de emergência, ou seja, é bem mais complexa do que qualquer outro plano político apresentado na política estadunidense sobre clima. O projeto visa descarbonizar radicalmente a economia enquanto reduz significativamente a desigualdade econômica (Galvin, R.; Healy, N. 2020, p. 1). A base do pensamento deste projeto provém dos movimentos sociais, mais precisamente do Movimento Sunrise, um grupo de jovens ativistas climáticos que demandam ações mais assertivas na luta

---

[12] Obama Had a Green New Deal, and It Worked. Let's Do That Again. Intelligencer, 2019. Disponível em: https://nymag.com/intelligencer/2019/04/obamas-green-new-deal-worked-climate-change.html

[13] Como o Green New Deal se tornou a Lei de Redução da Inflação e perdeu sua alma. Revista Movimento, 2022. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2022/08/como-o-green-new-deal-se-tornou-a-lei-de-reducao-da-inflacao-e-perdeu-sua-alma/

[14] What Is the Green New Deal? A Climate Proposal, Explained. New York Time, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/02/21/climate/green-new-deal-questions-answers.html

climática. Nos objetivos gerais da resolução estão a redução drástica das emissões de efeito estufa, a criação de empregos altamente remunerados, garantia que ar limpo, água limpa e alimentos saudáveis sejam direitos humanos básicos e acabe com todas as formas de opressão. Para isso, o plano demanda um espaço curto de tempo, 10 anos, comparado aos outros projetos de GND, para a redução das emissões de carbono nos EUA. Além disso, ele prevê o fornecimento de toda cadeia de eletricidade do país a partir de energia renovável, a digitalização da rede elétrica do país, a modernização de cada edifício do país para ser mais eficiente em termos energéticos e a reforma do sistema de transporte do país, investindo em veículos elétricos e trilhos de alta velocidade.

Entretanto, há outros projetos de Green New Deal nos EUA, como o próprio Movimento Sunrise, que assumem que as suas estratégias foram desenvolvidas muito antes de os senadores e congressistas terem propostos projetos de GND, assim afirmam:

> "Muitos dos princípios que informam as políticas do Green New Deal foram desenvolvidas nas lutas pelo meio ambiente, racial e econômico justiça durante o último meio século, muito antes do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática das Nações Unidas (IPCC) apelar por uma política social e transformações econômicas sem precedentes para evitar o aquecimento catastrófico." (Sunrise Movement, 2020, p. 2, tradução nossa)

Ao serem denominados como radicais, o movimento declara que estas reivindicações somente aparecem devido a ignorância, negação ou esquecimento da emergência que vivemos. (Sunrise Movement, 2020, p. 13). A contribuição do Sunrise como movimento em prol da litigância climática parte da promoção sobre o debate da transição energética na política, ou seja, um trabalho de policy, de influenciar os políticos que possuem agendas ligadas ao clima de se mobilizarem ainda mais com o projeto de Green New Deal. Foi este movimento que influenciou muitos dos políticos democráticos a se envolverem com GND, como foi o caso da Ocasio-Cortez. Os jovens ativistas climáticos defendem que para estabilizar o clima e preservar a vida na Terra, as emissões de carbono devem ser rapidamente freadas. Desse modo, assumem que devemos reformar todos os aspectos da nossa economia, a forma pela culta cultivamos, construímos, aquecemos e iluminamos nossas casas. (Sunrise Movement, 2020, p. 13). Assim, afirmam a importância destas ações, ainda que sejam disruptivas para uma economia muito dependente de combustíveis fósseis.

Outros planos de GND são provenientes do Partido Verde e do Senador Bernie Sanders que também possuem linhas mais radicas enquanto projeto de GND, uma vez que o prazo para se tornar "net-zero" nestes projetos é relativamente curto, entretanto ainda maior que o GND de Ocasio. Ainda assim, tanto o GND de Sanders como do Partido Verde assumem o seu

compromisso com a questão social, com emprego garantido, moradia e saúde acessível e educação gratuita.[15]

Após o governo de Trump (2017-2021) não possuir nem um plano climático, aliás pode-se dizer que se vigorou uma política anti-clima, resultando, por exemplo, na retirada dos EUA do Acordo de Paris. O governo Biden, sucessor de Trump, retoma os esforços climáticos, elaborando um plano que se assemelha em muitos aspectos de um GND. O plano de Biden se resume em dois documentos: *The Biden Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice* e *The Biden Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice*. O plano de Biden é mais contido que o GND de Ocasio, uma vez que possui um prazo maior para descarbonização. Ainda que a questão do trabalho é posta como prioridade, reforçando a necessidade de sindicatos fortes, não garante todas as pautas sociais como seria garantido pelo projeto de GND, como a saúde e educação gratuitas.

O plano climático de Biden, mesmo que possua soluções a partir da visão do mercado, sem impactar tão significativamente os empresários do setor fóssil no curto prazo, possui planos concretos e bastante impactantes para a geração de energia e emprego verde. As propostas nos documentos de Biden contemplam um investimento de mais de dois bilhões de dólares em quatro anos, que englobaria investimentos de longo alcance em infraestrutura, automotiva, transporte, energia, construção, habitação, inovação, agricultura, conservação e justiça ambiental, enquanto assegura que estes investimentos criem bons empregos - inclusive para mulheres e pessoas de cor - e contribuam para a expansão da classe média do país. (Fodróczy, E. 2021).

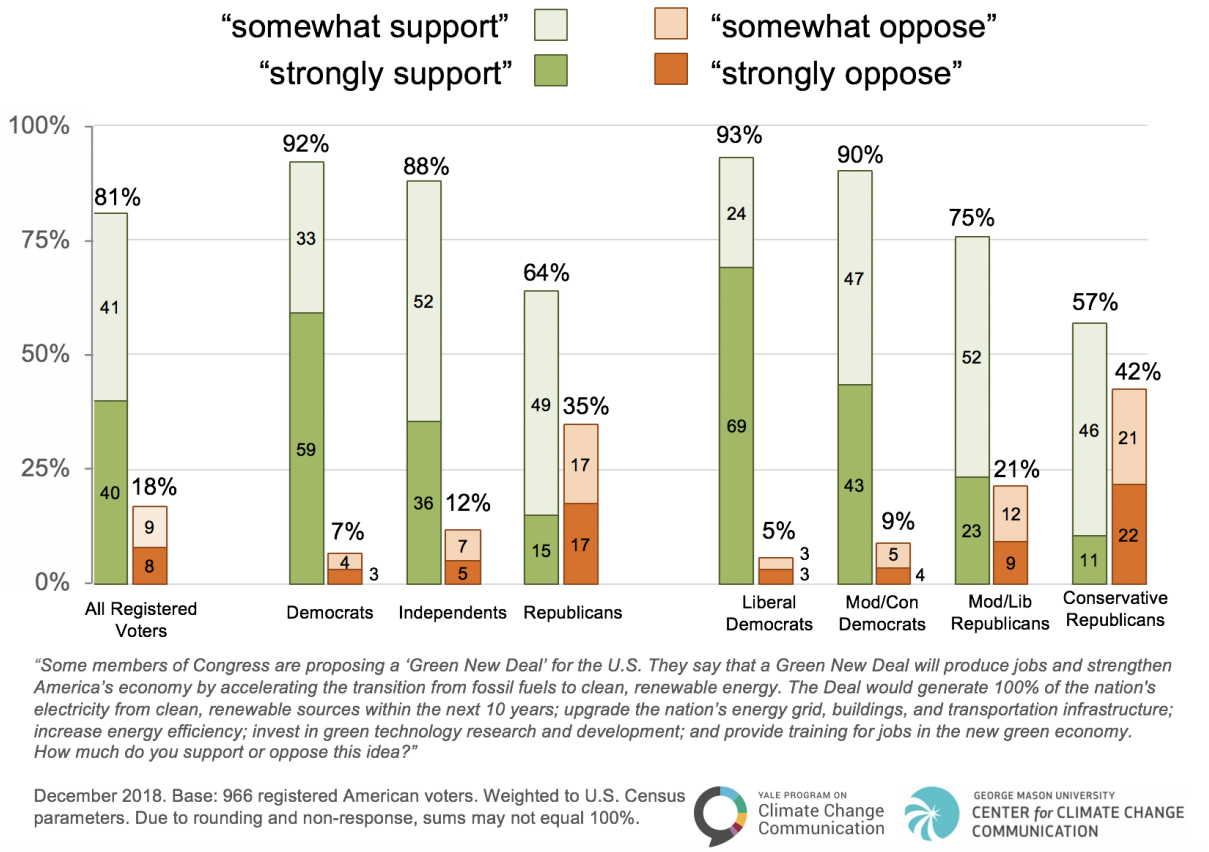
A busca por não denominar seu projeto como mais um Green New Deal parte de uma estratégia política para não perder os votos da ala mais ao centro no espectro da política estadunidense, uma vez que o debate sobre Green New Deal na sociedade norte-americana possui a característica de ser um projeto da esquerda mais radical, ligado às demandas dos grupos vulneráveis que lutam por justiça social e, ao mesmo tempo, por um projeto mais transformador dos costumes e hábitos[16].

Outro ponto que cabe ressaltar sobre o debate acerca do GND nos EUA é a sua questão partidária. Um estudo da equipe de comunicação climática de Yale (Gustafson et al, 2018) realizou entrevistas com parte da população estadunidense e identificou que 80% do público

[15] https://www.gp.org/green_new_deal
[16] https://www.cbsnews.com/news/green-new-deal-joe-biden-climate-change-plan/

entrevistado não tinha conhecimento sobre o Green New Deal. Desse modo, o estudo verificou que, em diversos espectros políticos havia grande suporte para o GND, tanto do lado democrata quanto do lado republicano. Assim, os autores argumentam que o apoio dos dois lados políticos partidários partia da falta de conhecimento de que o projeto provinha de uma congressista democrata. Dessa maneira, afirmam que o suporte público a projetos políticos parte diretamente de qual partido provém a ideia e concluem que uma vez que o GND fizesse parte do debate público em massa nos EUA, seria possível que o suporte da ala republicana se perderia.

Figura 2: Apoio ao Green New Deal entre eleitores cadastrados nos EUA.



Fonte: GUSTAFSON et al, 2018. Yale Program Climate Change Communication.

A hipótese do estudo de Yale estava certa. Após o GND ser formalmente apresentado no congresso americano e entrar no debate público como um projeto provindo da ala mais à esquerda do Partido Democrata, os conservadores passaram a atuar firmemente no combate às ideias do GND.

Figura 3: Mudanças no apoio sobre o Green New Deal, por seguimento político.

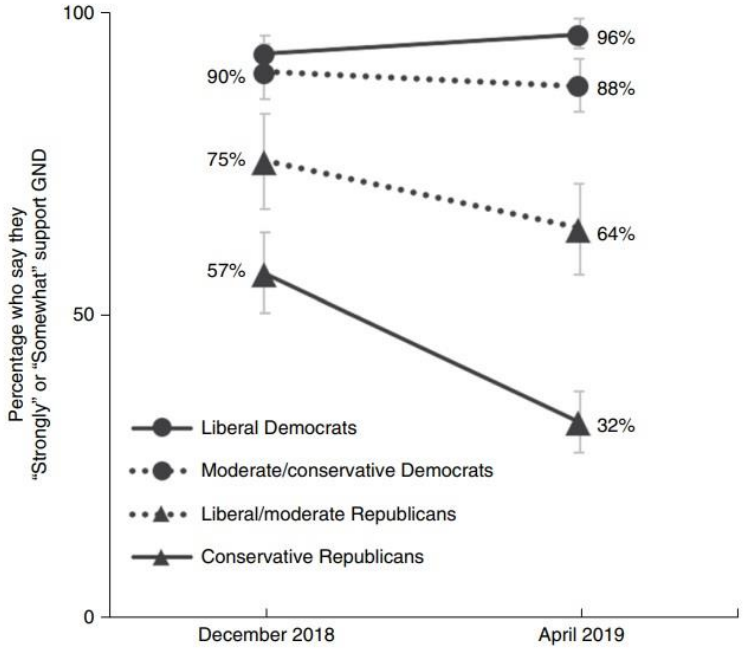


Fig. 2 | Changes in support for the GND, by political segments. Registered voters only. Question (asked after description of the GND given in main text): "How much do you support or oppose this idea?" Error bars indicate the 95% CI.

Fonte:GUSTAFSON et al, 2019.

Como demonstra o gráfico, o suporte ao GND pelos republicanos caiu consideravelmente após o projeto ser apresentado oficialmente. Um elemento que influenciou nesta dinâmica foram os canais de comunicação conservadores, como a Fox News. Em 2019, em um artigo de opinião à Fox, Justin Haskins[17] afirmou que a resolução era uma fantasia baseada em esperanças e sonhos, sem base na realidade. Haskins assimilava a proposta do GND como uma ação socialista, provinda da ideologia marxista, que traria pobreza e transformaria os EUA em um país do Terceiro Mundo.

O esforço desta ala contribuiu para que o debate sobre transição se polariza-se entre apoiadores democratas e republicanos. Em 2022, com o debate um pouco mais avançado, Tucker Carlson, também em um artigo de opinião à Fox[18], declarava apoio ao setor fóssil, afirmando que as energias renováveis não seriam capazes de substituir o carvão, petróleo e gás.

[17] https://www.foxnews.com/opinion/green-new-deal-would-destroy-american-dream-create-american-nightmare
[18] https://www.foxnews.com/opinion/tucker-carlson-green-new-deal-means-poverty

Para Carlson, o GND representa pobreza e somente faria sentido se o objetivo fosse destruir completamente o Ocidente e dar lugar para o domínio global chinês.

Sendo assim, o debate sobre GND nos EUA está avançando, com propostas com diferentes níveis de ações e implementações. Por fim, cabe ressaltar que parece haver contradições nas ações pela qual se busca resultado e implementação do GND pela esquerda. Do lado mais crítico e radical, há o argumento de que a política estadunidense, até mesmo a ala democrática, está inserida na dinâmica do neoliberalismo e toda ação climática irá favorecer o mercado e os atores com poder, incluindo o setor fóssil. Desse modo, este grupo mais à esquerda impera que o movimento do GND deve ser um movimento de massa, onde os trabalhadores se unam e consigam, através de sua organização, realizar greves e manifestações, que resultem na melhoria da sua condição de vida e do planeta.

Contudo, ainda na esquerda, porém um pouco mais ao centro, assume-se que a participação de atores políticos é importante, já que o lobby das empresas fósseis é muito forte e quase nunca transparente, e, nesse caso, o poder político pode resultar em ações favoráveis à luta climática que limitem o poder fóssil. Entretanto, esta ala também reconhece que os avanços para a implementação de um GND por via política é algo muito difícil a ser realizado, visto a sua complexidade de transformação e influência na dinâmica de poder do sistema capitalista.

Sendo assim, após alguns projetos políticos de GND, como o da Ocasio-Cortez e Sanders, e o plano climático de Biden não conseguirem avanços significativos a partir de seus projetos para a área social e obterem avanços somente a partir de uma perspectiva do mercado, a esquerda climática, de forma geral, recai suas expectativas por mudanças onde o debate se originou, nos movimentos sociais, através da organização da classe trabalhadora. (Huber, M. 2018)

3.2 **União Europeia**

O debate sobre o Green New Deal inicia-se na União Europeia ainda na primeira década do século XXI, com o relatório da New Economic Foundation, a partir do Green New Deal Group, em 2008, o qual foi analisado ainda no primeiro capítulo deste trabalho. Resumidamente, este trabalho enxergava a crise como múltipla, ou seja, climática, financeira e energética, assim propunha regulamentações no setor financeiro e uma maior presença do

Estado na economia, como também, esforços para a mitigação climática, como investimento nas energias renováveis e superação dos fósseis.

Após uma década, em 2019, a Comissão Europeia, presidida por Ursula Von der Leyen, anuncia o Plano Ecológico Europeu (PEE), em inglês, *European Green New*, que possui como ponto central realizar uma transição justa, ou seja, a transição energética deve ser realizada e ninguém deve sair prejudicado dela. O objetivo da proposta está direcionado a criar uma estratégia de crescimento equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e neutra na emissão de carbono até 2050 (Comissão Europeia, 2019). O projeto, de certa forma, possui uma característica menos política e mais institucional, uma vez que não há tantos discursos e promessas que visam combater as desigualdades sociais. Apenas garante que os grupos vulneráveis - neste caso definem-se como às regiões, indústrias e trabalhadores mais atrelados ao setor fóssil - sejam protegidos dos efeitos das mudanças climáticas.

Em relação a execução do projeto, é assumido que investimentos significativos seriam necessários. Por exemplo, para cumprir os objetivos de redução de emissões até 2030, seriam demandados 260 milhões de euros, o equivalente a 1,5% do PIB de 2018 (Comissão Europeia, 2019). Assim, afirmam que para manter a escala de investimentos necessários para tal ação, será necessário mobilização tanto do setor público como privado.

A medida convidou o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu aprovarem o pacto e apoiarem as medidas apresentadas. Desse modo, em junho de 2021, o Parlamento Europeu adotou o *EU Climate Law*[19], que tornou o PEE juridicamente vinculativo, adotando a meta de reduzir as emissões em 55% até 2030 e emissões neutras em 2050. Para tal ação, ainda em 2021 foi proposto pela comissão um pacote de legislação, conhecido por *Fit for 55*[20], que engloba 13 leis revisadas e 6 propostas de leis sobre clima e energia.

O projeto do DiEM25 (Movimento para Democracia na Europa) sobre GND, Green New Deal para a Europa (GNDE), foi publicado em 2019 e conta com a participação de ativistas, economistas, cientistas e sindicalistas, que tem como objetivo projetar uma transição justa para Europa. A proposta assume que a Europa vive 3 crises sobrepostas, a crise da democracia, econômica e climática, sendo estas provenientes de decisões políticas. Mais

[19] https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20200618STO81513/green-deal-key-to-a-climate-neutral-and-sustainable-eu
[20] https://www.consilium.europa.eu/en/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/

recentemente, desde fevereiro de 2022, veio adicionar-se a este complexo de crises a guerra na Ucrânia.

O GNDE propõe três instituições que fariam parte da arquitetura institucional do projeto. O primeiro Green Public Works, que seria um programa de investimento para iniciar a transição justa na Europa. O segundo, o The Environmental Union, uma estrutura legal para garantir que a economia européia tenha uma transição rápida e justa, sem transferência dos custos de carbono para as comunidades da linha de frente. E o terceiro, o Environmental Justice Commission, um órgão independente de pesquisa, monitoramento e consultoria para os formuladores de políticas da UE sobre como avançar na causa da justiça ambiental (GNDE, 2019, p.9)

O projeto de GNDE se diferencia do PEE, da comissão europeia, uma vez que reconhece a crise do sistema econômico e político na Europa. Ainda que a proposta política assuma a urgência da crise climática, não há manifestações para reestruturar a dinâmica econômica-política. A proposta da sociedade civil afirma que a atual crise é um projeto, que deriva da política de austeridade a qual limita a capacidade de gastos públicos (GNDE, 2019, p.10). Desse modo, criticando a proposta da comissão europeia, afirmam:

> “Mas o conteúdo deste "acordo verde" é terrivelmente inadequado para o desafio em questão. Em tamanho, velocidade, escala e escopo. O plano não respeita o consenso científico sobre as exigências de uma transição justa. E deixa intacta a arquitetura econômica básica na UE que criou as crises sociais e ecológicas que enfrentamos hoje, centrado no crescimento e no lucro e não nas pessoas e planeta.” (GNDE, 2019, p.12, tradução nossa)

Sendo assim, o documento expressa a necessidade da União Europeia de assumir uma postura mais assertiva enquanto a um projeto de Green New Deal. Os autores destacam três características que refletem a necessidade de ação europeia. A primeira, a responsabilidade histórica, já que a Europa é um dos continentes que mais emitiu carbono na atmosfera. O segundo, porque a comunidade de Estados possui as instituições e instrumentos políticos que possibilitam a introdução de um projeto de tal envergadura. Por fim, alegam que a UE sofre um grande processo de crise de legitimidade, que se resolveria atendendo às demandas populares e aumentando a qualidade de vida. (GNDE, 2019, p.20)

Assim como nos EUA, o debate sobre GND na UE possui o seu viés político e o viés da sociedade civil. Ainda que haja pontos de similaridades entre os projetos, há diferenças na forma pela qual enfrentam os problemas sociais e o nível de irrupção com o sistema capitalista, mais propriamente dito, com o setor fóssil. Apesar das distinções, as propostas de GND na

União Europeia se alinham em 3 pilares: a política ambiental, fiscal e industrial (Bloomfield, J; Steward, F. 2020).

Para uma parte da literatura é afirmado que os projetos de GND não podem ser somente uma campanha, mas deve ser um movimento social. (Martin, H.; Ibrahim, F. 2019). Neste quesito, o grupo do GNDE assume esta posição e até mesmo lança um documento em 2021, intitulado por "*10 Pillars",* o qual tem como propósito informar as dez diretrizes para que um projeto de transição energético seja classificado como GND. Assim, destacam a fala da congressista estadunidense, Alexandra Ocasio-Cortez, que diz:

> "Nem toda política ambiental conta como um "Green New Deal". Para se qualificar, as políticas ambientais devem fazer mais do que impostos e reparos: Eles devem transformar, criando uma economia que seja mais próspera, mais justa, e mais sustentável do que nunca." (GNDE, 2021, p. 1, tradução nossa).

Dessa maneira, o **(i)** primeiro passo para ser reconhecido como GND parte do reconhecimento do tamanho da escala do desafio. Não é apenas redução das emissões de carbono, mas sim uma transformação por completo de nossos sistemas de produção, consumo e relações sociais. O **(ii)** segundo parâmetro está relacionado a necessidade de maior presença do Estado na regulação da economia. O **(iii)** terceiro provém do empoderamento dos cidadãos e comunidades, na qual a transição verde não seria feita de cima para baixo, mas sim deve capacitar a sociedade para que ela tome suas decisões que moldarão o seu futuro. O **(iv)** quarto se resume à garantia de empregos decentes. O **(v)** quinto, aumentar o padrão de vida, ou seja, promover a prosperidade pública no lugar da riqueza privada. O **(vi)** sexto define-se como aprofundamento da igualdade, no qual se afirma que o GND ataca as forças da desigualdade e constrói uma nova sociedade de solidariedade, onde haja o combate à financeirização e erradicação a discriminação contra minorias. O **(vii)** sétimo, demanda que se invista no futuro, sendo o GND mais que um programa de ajuste ambiental, um investimento no futuro de nossas sociedades, sendo uma oportunidade para reimaginá-lo. O **(viii)** oitavo, acabar com o dogma de crescer sem limites, ou seja, abandonar o parâmetro do PIB como métrica para medida de progresso, adotando medidas mais holísticas, como igualdade, meio ambiente, felicidade e saúde. O **(ix)** nono, apoio a justiça climática em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde o GND deve colocar fim às práticas econômicas exploradoras. Por fim, **(x)** o décimo, o comprometimento em agir hoje, uma vez que o GND não é uma estrutura, tratado ou acordo, mas sim um conjunto de ações concretas que nos aproxima dos nossos objetivos climáticos e ecológicos. (GNDE, 2021).

Tabela 1: Características vitais de um Green New Deal

CARACTERÍSTICAS VITAIS DE UM GREEN NEW DEAL

Os 10 pilares para um projeto de transição energética ser reconhecido como Green New Deal

I	Transformação do sistema de produção, consumo e relações sociais
II	Intervenção estatal na economia
III	Engajamento da sociedade civil, necessidade do movimento *bottom up*
IV	Garantia de empregos decentes
V	Priorizar a prosperidade pública no lugar da riqueza privada
VI	A busca pela eliminação das desigualdades e por uma sociedade de solidariedade
VII	Precisa ir além de um programa de ajuste ambiental e se caracterizar como um investimento para o futuro da sociedde
VIII	Mudança de paradigma econômico. Fim da métrica do crescimento pelo PIB
IX	Apoio a justiça climática em níveis globais
X	O comprometimento de ação no cruto prazo

Fonte: DIEM25. The Green New Deal for Europe: 10 Pillars. 2021. Elaboração prória.

Desse modo, a partir desta tipologia, pode-se questionar se o principal projeto de GND aprovado por lei pode ser considerado como tal pelos grupos da sociedade civil. Desse modo, destaca-se que o PEE não assume responsabilidades sociais profundas, nem pretende mudar a dinâmica do crescimento econômico europeu. Contudo, como no caso dos EUA, o contexto político não permite que planos e ideais mais radicais sejam aprovados. Sendo assim, ainda que estes projetos políticos sejam propostos por setores mais à esquerda, eles não possuem a característica de serem movimentos "*anti-establishment*", já que precisam lidar com as demandas e pressões do setor privado, este que em muitos cenários são reticentes aos projetos de transição energética.

Por fim, o debate sobre GND na União Europeia conta com a principal proposta política em curso e está diretamente associado aos movimentos sociais e bastante presente na sociedade civil, o que reflete, consequentemente, no avanço político dele. Ainda que os projetos políticos de transição energética não encarem o desafio como a sociedade civil demanda, o fato de que o GND está previsto na legislação europeia como um plano que guia as ações climáticas da Europa nos próximos 30 anos é um grande avanço para a luta climática.

3.3 **China**

A China é um caso especial no estudo sobre Green New Deal, porque não há um projeto de GND relevante em curso ou proposto em seu território nacional. Contudo, é o país mais populoso do mundo, o que mais produz e consome carvão e é o segundo país que mais emitiu gases de efeito estufa no planeta, em termos absolutos. Dessa forma, por suas características físicas, sociais e políticas se fez necessário realizar uma análise, ainda que não havendo proposta de GND, sobre a política climática chinesa e o andamento da transição energética no país.

O fato de ser regido por uma economia socialista de mercado, um regime político fechado e se identificar como um país em desenvolvimento são marcas que influenciam diretamente ao pensar um projeto de GND chinês. Em relação ao sistema político e econômico cabe destacar que muitos projetos de GND, principalmente os mais radicais, demandam uma forte intervenção estatal na economia e política, assimilando-se a uma certa democracia de cunho socialista. Certamente, os projetos de GND não buscam governos autoritários, mas sim pensam no bem público e no coletivo, ou seja, de algum modo há marcas destes pensamentos na estrutura de governo chinês. O reconhecimento como país em desenvolvimento marca seu comportamento no regime internacional climático, uma vez que defende o Princípio das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas, tendo o seu desenvolvimento econômico como chave principal de sua política nacional e internacional. Dessa forma, ainda que o Partido Comunista Chinês assuma a necessidade de ação no âmbito climático, o componente central de sua política ainda permanece sendo a busca pelo desenvolvimento.

O documento, de 2008, do State Council, intitulado por “China’s Policies and Actions for Addressing Climate Change", assume a necessidade do enfrentamento às mudanças

climáticas. O texto reforça a posição da China como um país em desenvolvimento e como um dos países mais vulneráveis às consequências das mudanças no clima. Desse modo, a sustentabilidade é colocada com uma meta, porém o foco central permanece no desenvolvimento econômico.

O discurso sobre a questão energética é bem particular devido a sua grande dependência do carvão em sua matriz energética, classificando o esforço de redução de emissões de gases de efeito estufa como uma tarefa árdua. (State Council, 2008, p.6). Assim, é afirmado que:

> "Como um país em desenvolvimento, a China ainda tem um longo caminho a percorrer em sua industrialização, urbanização e modernização. Para avançar ainda mais em seu objetivo de desenvolvimento, a China lutará pelo crescimento racional da demanda de energia, que é a condição básica para o desenvolvimento para todos os países em desenvolvimento… No entanto, sua matriz energética, dominada pelo carvão, não pode ser substancialmente alterada no futuro próximo, fazendo do controle das emissões de gases de efeito estufa um esforço muito maior." (State Council, 2008, p.7)

Dessa forma, dois pontos presentes na discussão sobre energia são eficiência energética e otimização da matriz energética. Como o carvão não seria abandonado, para conseguir controlar as emissões de carbono é afirmado a necessidade de tecnologias para que seu uso não impacte tanto à natureza. A redução dos GEEs estaria diretamente ligada à conservação da energia e não, propriamente dito, à mudança na estrutura energética chinesa. (State Council, 2008, p.22)

Em relação às energias renováveis, o grande destaque vai para o setor hidrelétrico, acompanhando pelo setor nuclear, e mais timidamente, o setor eólico, de biomassa e solar. Estas são encaradas como estratégicas para o futuro, mas não havia, naquele momento, o intuito de fazer destas fontes de energia a sua fonte principal na matriz energética. Estas eram classificadas como energias novas e alternativas, não compondo um lugar tão estratégico no quadro energético chinês.

Passado mais de uma década, O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China, endossado oficialmente pelo Congresso Nacional do Povo (NPC) em 11 de março de 2021, é o primeiro a não conter metas de crescimento explícitas, apenas indica que o crescimento do PIB deve ser mantido dentro de um intervalo razoável. Esta posição provém da instabilidade pela qual a China passou com a pandemia do covid-19. Apesar do contexto não muito favorável, abre-se espaço e flexibilidade para que o Governo busque outras metas, como ambientais e um desenvolvimento de maior qualidade e sustentável (UNEP, 2021, p.2)

Assim, o plano tem como objetivo alcançar mais qualidade, eficiência, justiça e desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório da UNEP, há uma evolução em relação

ao 13º plano, onde o objetivo se postulava como "desenvolvimento apropriado", tendo o desenvolvimento econômico como central. Entretanto, um fato que contrapõe este argumento é a retirada da participação da energia limpa (incluindo hidrelétrica e nuclear) como vinculante do plano. (UNEP, 2021, p.1). Ainda que não vinculante, o plano visa aumentar a participação das energias limpas para cerca de 20% até 2025, a partir de 15,8% em 2020, enquanto aumenta a capacidade de energia nuclear para 70 GW.

O carvão continua exercendo um grande peso na matriz energética chinesa, este setor é o maior emissor da China, sendo responsável por 80% das emissões de CO2 em 2018 (UNEP, 2021, p.3). Apesar da sua importância, o 14º PQ assume alguns compromissos para a redução do seu uso e para sua maior eficiência. O plano aborda questões sobre a matriz energética, distribuição de energia e melhoria da eficiência na utilização dos recursos. Assim, é assumida a intenção de diminuir em 13,5% por unidade do PIB o carbono provindo da geração de energia. (ABD, 2021, p.3). Além disso, os projetos de carvão no exterior que recebem apoio da China atingiram seu auge entre 2015 e 2016. No ano passado, nenhum novo investimento internacional sobre carvão foi anunciado. (UNEP, 2021, p.5)

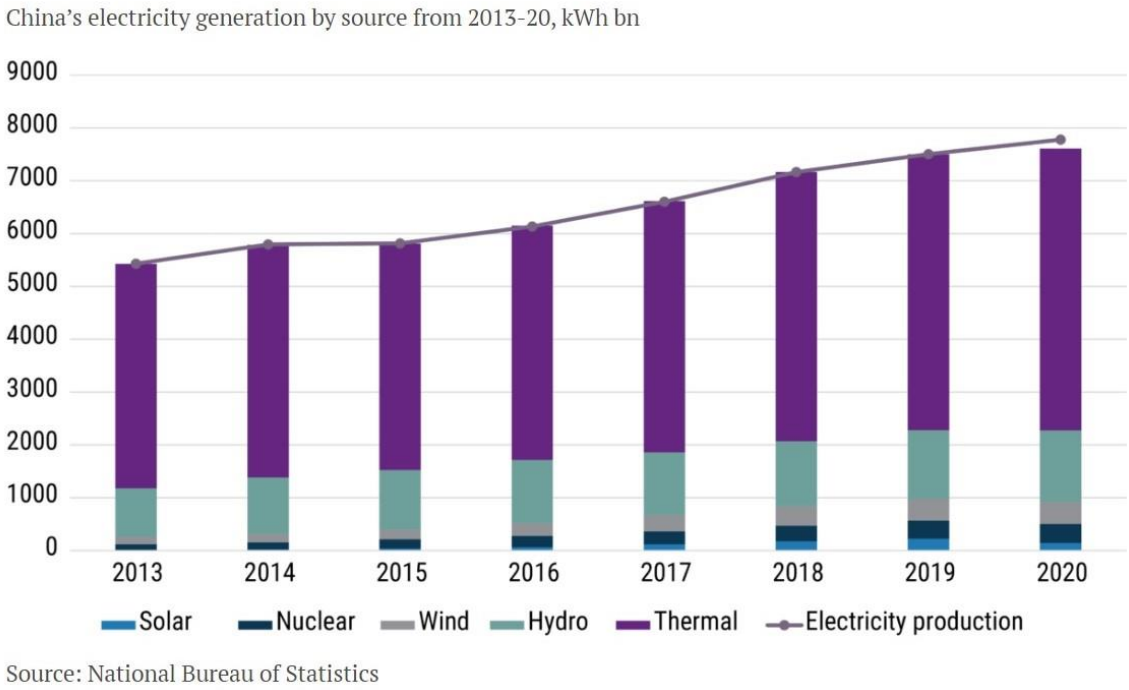
Em setembro de 2020, Xi Jinping, no encontro sobre ambições climáticas, assumiu que ampliaria a NDCs[21] chinesa e adotaria políticas e medidas mais assertivas sobre o clima. Definiu também o objetivo de atingir o pico das emissões de CO2 antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060[22]. Para isso, afirmou que reduzirá as emissões em mais de 65% em relação ao nível de 2025, aumentando a participação das energias renováveis no consumo de energia primária em 25% e elevando a capacidade da energia solar e eólica para mais de 1,2 bilhões de QW.

A China possui altos índices de investimento em energias renováveis nos últimos anos, sendo um dos principais países no setor. Em 2020, a China produziu mais energia eólica do que todo o resto do mundo e é líder em geração de energia solar, superando três vezes a segunda nação mais produtora[23]. No setor de carros elétricos, por exemplo, é a maior frota do mundo, as vendas projetadas destes carros em 2019 na China era de 1,1 milhões de unidades, número que equivalia ao total de venda em todo o mundo (Sierra Club, 2021). Contudo, a presença do

[21] As contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) estão no centro do Acordo de Paris e da realização de suas metas de longo prazo. As NDCs incorporam os esforços de cada país para reduzir as emissões nacionais e adaptar-se aos impactos da mudança climática. Disponível em: https://unfccc.int/ndc-information/nationally-determined-contributions-ndcs
[22] http://www.xinhuanet.com/english/2020-12/12/c_139584803.htm
[23] https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/the-green-new-deal-is-happening-in-china/

carvão ainda é muito forte em sua matriz energética, na qual compõe 58% do total das energias. As energias renováveis compõem somente 20% na matriz energética chinesa e não produzem nem a metade da energia destinada à eletricidade se comparado ao setor fóssil, como demonstra o gráfico a seguir:

Figura 4: A dificuldade para China realizar sua transição para as energias renováveis.



Fonte: OMFIF, 2022.

Assim, ainda que se invista maciçamente em novas fontes de energia renováveis, a grande questão para a China mobilizar algum projeto de transição energética parte da sua capacidade de superação do setor fóssil, especificamente, o carvão (G, Jorrit; J, Frank, 2020). Além disso, ao se pensar uma transição energética global, torna-se imprescindível a redução a níveis bruscos da demanda energética chinesa provinda do carvão. A China emite 27% das emissões de carbono do mundo, ou seja, se ela não se comprometer não há possibilidade para se pensar a transição energética global (Banco Mundial, 2022).

O documento "Responding to Climate Change: China's Policies and Actions, do State Council, de 2021, aborda uma China muito próxima de um governo comprometido com a transição energética, pelo menos discursivamente. Um dos pontos de destaque é promoção de

um novo pensamento ecológico chinês, baseado no esforço para construir uma comunidade global de futuro compartilhado, uma eco-civilização, onde:

> "A Terra é a única casa que temos. Os seres humanos compartilham um futuro comum diante dos desafios apresentados pela mudança climática global, e nenhum país pode se tornar imune ao impacto. Portanto, todos os países devem fortalecer a solidariedade e a cooperação, e construir juntos uma comunidade global de futuro compartilhado. Esta é a nova visão da China para o desenvolvimento humano, no interesse comum de todos os povos." (State Council, 2021, tradução nossa).

Há um ponto bem característico dos projetos GND neste documento, o de conceptualizar harmonia entre humanos e natureza, assim é afirmado:

> "O povo chinês sempre valorizou a idéia de que os seres humanos são parte integrante da natureza e devem seguir as leis da natureza. A civilização industrial, que tem criado uma enorme riqueza material, também tem posto a nu as crescentes tensões na relação entre o ser humano e a natureza." (State Council, 2021, tradução nossa).

Além disso, é afirmado que a China abandonou seu modelo de desenvolvimento que danificou e destruiu o meio ambiente ecológico. Contudo, como já abordado, o setor fóssil permanece sendo vital para estratégia de desenvolvimento chinês.

Sendo assim, ao comparar os documentos do State Council de 2008 e o de 2021 fica evidente o avanço na temática ambiental chinesa. O carvão continua sendo peça chave ao se pensar desenvolvimento, contudo, depois de mais de uma década há o reconhecimento que ele tem um limite de uso, que precisa ser substituído[24]. As energias renováveis ganharam um novo destaque no debate sobre energia, antes eram classificadas como alternativas, hoje em dia, são estratégicas para se pensar o futuro do desenvolvimento chinês. Mesmo que não haja um projeto de Green New Deal como em outros países do mundo, seja pela característica de sua organização política e econômica, a evolução das políticas climáticas e energéticas mostram que a China, ainda que enfrente os dilemas do desenvolvimento, sendo um país de renda média, com índices de renda per capita baixo e possua uma matriz energética "marrom", é um ponto de referência no debate da transição energética.

[24] https://www.omfif.org/2022/04/why-chinas-energy-transition-is-so-difficult/

4 BRASIL E A PERSPECTIVA DO SUL-GEOPOLÍTICO

Após discutir os projetos de transição energética nas principais potências mundiais, analisando suas características, diferenças e ideias, este capítulo visa abordar o debate sobre Green New Deal no Sul-Geopolítico[25], escolhendo o Brasil como um caso singular para o estudo de caso.

O Brasil é um país peculiar para o estudo da transição energética, pois sua matriz energética não apresenta a energia fóssil como seu principal vetor, como em muitos países desenvolvidos. A produção de energia brasileira é composta por 44,8% de fontes renováveis (hidráulica, carvão vegetal e derivados da cana) e a sua matriz elétrica de 80,3% de fontes limpas (hidráulica, biomassa, eólica, solar e nuclear)[26]. Em relação as emissões de GEEs também não são as energias fósseis o principal vilão. Em 2020, a agropecuária e a mudança no uso da terra compuseram 73% do total das emissões brasileiras (SEEG, 2021). Este quadro da matriz energética/elétrica e as emissões de gases poluentes no Brasil mostram, de certa forma, marcas do desenvolvimento tardio do país. O setor agrícola sempre predominou como força política no planejamento de desenvolvimento nacional, fazendo com que a industrialização fosse postergada.

Dessa forma, pensar a sustentabilidade no Brasil requer assumir que possuímos marcas de um processo característico do mundo em desenvolvimento, como alto índice de desigualdade, violência e vulnerabilidade socioeconômica. Ao mesmo tempo, somos o quinto maior emissor do mundo, com uma média de emissão per capita de 10,2 toneladas de CO2, ao passo que a média mundial é de 6,7 (SEEG, 2021). Sendo assim, pensar um projeto de GND no brasil e nos países do sul-geopolítico requer avaliar estas tenções e especificidades.

Em relação aos projetos de GND há um debate que se inicia com a CEPAL, em 2020, com a proposta de um projeto conhecido por “Big Push para a Sustentabilidade para o setor energético”, que pensa o desenvolvimento sustentável, a transição energética e a cooperação internacional, tendo como objetivo a:

---

[25] A escolha do termo Sul-Geopolítico frente ao comumente utilizado Sul Global, parte da compreensão de que este reflete uma noção homogênea de todos os países de posição intermediária no sistema de poder mundial. Logo, Sul Global seria mais uma visão do outro, Norte, sobre nós. Assim, o Sul-Geopolítico, como conceito, visa exercer um papel de autoidentificação, buscando criar uma própria imagem destes países na estrutura de poder internacional. (S, Pablo; D, Rubens, 2022)

[26] https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica

> "... coordenação de políticas (públicas e privadas, nacionais e subnacionais, setoriais, fiscais, regulatórias, financeiras, de planejamento etc.) que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um círculo virtuoso de crescimento econômico, geração de emprego e renda, redução de desigualdades e brechas estruturais e promoção da sustentabilidade ambiental." (CEPAL, 2020, p.21).

As energias limpas são postas como uma oportunidade para um novo desenvolvimento sustentável tanto econômico, social e ambiental a fim de superar as assimetrias sociais e econômicas dos países latino-americanos e caribenhos, uma vez que reduz a dependência externa de energias fósseis, contribuindo para a soberania energética e redução da vulnerabilidade frente aos preços voláteis destas fontes energéticas (CEPAL, p.27).

Este projeto assume que o modelo atual de desenvolvimento não cabe mais na realidade do nosso planeta, assim, contribui para pensar novas propostas de crescimento econômico e redução das desigualdades sociais de forma sustentável. Contudo, carece, se comparado aos projetos de GND, de projeções de como se viabilizar estas transformações políticas e econômicas e de metas precisas para a redução das emissões de carbono.

A versão do Green New Deal *alla* brasileira, GND-BR, foi proposta pelo ex-deputado federal, Alessandro Molon (PSB), em 2021, fazendo o seu lançamento na COP26 em Glasgow. O GND-BR possui grande influência do GND proposto pela congressista estadunidense, Alexandra Ocasio-Cortez, porém busca identificar as demandas e questões específicas do Brasil. O projeto tem como lema a transição justa, abarcando três pilares fundamentais: justiça social, empregos verdes e cooperação internacional. Desse modo, nos objetivos busca-se reativar a economia, gerar emprego e renda por meio de investimento em setores e atividades de baixo carbono, construir uma infraestrutura resiliente e expandir os serviços públicos (GND-BR, 2021).

O projeto elenca cinco eixos temáticos: infraestrutura, cidades, uso do solo e floresta, transição econômica justa e sustentável e mudanças políticas e normativas. Já em relação as ações propostas estão a geração de mais e melhores empregos com maiores níveis de formalização, investimento em tecnologias eficientes no uso dos recursos naturais, redução das emissões de GEEs, redução dos impactos ambientais e redução da pobreza e desigualdade socioeconômicas e ambientais (GND-BR, 2021).

Um dos principais destaques e argumentos utilizados neste projeto é a sua viabilização econômica. Muitos projetos que pensam a transição energética não oferecem detalhadamente como implementá-lo, neste a grande inovação parte da projeção de como realizá-lo pragmaticamente. O estudo afirma que para atender as metas do GND-BR seria necessário R$

509 bilhões por ano, equivalente a 6,9% do PIB brasileiro (2019), sendo os setores com mais custos a universalização dos serviços de saneamento básico e a eliminação do déficit habitacional (Young et al, 2021, p.30). Assim, afirmam que para suprir estes gastos em investimentos seria necessário além da tributação induzida pela expansão econômica, a implementação de impostos sobre renda e riquezas, cobrança sobre externalidades ambientais, redirecionamento de subsídios fiscais e recursos de fundos de desenvolvimento regionais (Young et al, 2021, p.32). Outro ponto de destaque refere-se ao fato de que se esse mesmo valor fosse investido no modelo de desenvolvimento atual, seria gerado um menor nível de atividade econômica e de empregos, salários menores e um aumento de emissões se comparado ao GND-BR.

Desse modo, a proposta do GND-BR assume que o atual modelo de desenvolvimento deve ser superado, e que o seu projeto não é baseado em um crescimento econômico com fim em si mesmo, mas sim um instrumento para melhora da qualidade de vida da população, aumento da dignidade humana e do direito à justiça social e ao meio ambiente saudável. Assim, como gosta de classificá-lo, Molon defende que o Green New Deal BR é uma utopia concreta, porque nos convida a sonhar com um mundo mais justo e sustentável e concreto, porque se apresenta dentro do campo das possibilidades para a sua realização no país (GND-BR, 2021).

Pela via dos movimentos sociais, o documento mais relevante sobre transição energética é a cartilha da CUT, intitulada por "Transição justa: uma proposta sindical para abordar a crise climática e social", de 2021, que tem como proposta elaborar um pensamento sobre transição energética da perspectiva do trabalhador. Desse modo, se aproximam do pensamento sobre Green New Deal dos movimentos sociais estadunidenses, sendo firmemente críticos ao modelo econômico-político atual e às soluções de mercado para se enfrentar a crise. Assim, afirmam:

> "Movimentos sociais, ecologistas, sindicalistas e setores diversos da sociedade têm apontado de forma crítica como muitas das respostas apresentadas são apenas a mesma receita que nos levou à atual realidade. Alguns setores econômicos fingem engajamento na luta climática apontando falsas saídas problemáticas, como diferentes mecanismos financeiros ou de mercado, a saber, os créditos de carbono, pagamentos por serviços ambientais, mecanismos de compensação." (CUT, 2021, p.20)

Desse modo, assumem que a mudança a partir de uma perspectiva de transição justa deve reformular a forma pela qual nos organizamos econômico e politicamente, propondo uma retomada do controle do Estado e enfrentamento às políticas conservadoras e neoliberais (CUT, 2021, p.37). Ademais, encaram como elementos essenciais a defesa do serviço público, investimentos na saúde, educação, ciência, políticas sociais e de um sistema tributário mais justo. A superação do interesse privado é colocada como ponto central, pois enquanto houver a

busca pelo lucro individual não haverá modelo de baixo carbono nem mudanças na qualidade de vida da população. Este pensamento não é uma novidade do debate entre movimentos sociais que pensam o clima e meio ambiente no Brasil. O Grupo Carta de Belém[27], ainda em 2009, criticava os mecanismos de mercado para reduzir as emissões de carbono, com o argumento de que o mercado não seria capaz de assumir a responsabilidade sobre a vida no planeta.

Um ponto de destaque sobre este projeto é sobre o reconhecimento de que pensar uma transição justa no Brasil e nos países do Sul-Geopolítico demanda desafios que não estão presentes em países do Norte, como, por exemplo, a defesa constante da democracia. Esta que é considerada pelo sindicato como uma conquista da classe trabalhadora que vive sob constante ataque de setores que tentam implantar formas de política opressora, sem direitos e nem diálogos (CUT, 2021, p.37).

Assim, a proposta da CUT não se autointitula como GND, porém apresenta muitas características comuns aos projetos do GND 2.0. Além de ser uma proposta alinhada com os movimentos sociais brasileiros, defende com forte ensejo a reestruturação do modelo de desenvolvimento, realiza críticas às soluções provenientes do mercado e assume intenso apoio aos direitos dos trabalhadores e na qualidade da vida da população, principalmente às mais vulneráveis.

O Brasil passou quatro anos sob um governo negacionista do clima, avançando com políticas contra o meio ambiente. Por exemplo, durante a pandemia de covid-19, enquanto todo o mundo reduziu suas taxas de emissão do carbono, o Brasil foi o único que elevou suas taxas, exatamente pelo aumento significante do desmatamento[28]. O novo governo, que começou sua administração no ano de 2023, prometeu retomar a capacidade de líder climático do Brasil, assumindo compromissos para a redução de emissões como no combate ao desmatamento[29]. Um ponto chave, para qualquer governo, seja da direita ou esquerda, é a posição da Petrobras frente a transição energética. A empresa é um dos maiores símbolos do desenvolvimento do país e de acordo com o novo presidente da estatal, a Petrobras ocupa um papel de grande impulsionadora da transição energética no Brasil. Desse modo, é afirmado que a empresa

[27] Formado em 2009 a partir de um processo que culminou num seminário em Belém, composto uma rede de articulação de movimentos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e pesquisadoras/es. O Grupo estabelece uma visão crítica às falsas soluções de mercado e aos processos de financeirização da natureza apresentadas pela economia verde. Disponível em: https://www.cartadebelem.org.br/about/
[28] https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59065361
[29] https://climainfo.org.br/2022/11/18/lula-promete-um-protagonismo-inedito-para-o-brasil-na-agenda-climatica/

seguirá sua jornada na indústria de petróleo e gás, mas também que avançara nos esforços para a descarbonização e no caminho para uma transição energética justa[30]

Em documentos oficiais, a Petrobras assume o papel fundamental da transição energética para que o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5ºC-2ºC seja possível. É reconhecido que a demanda pelos combustíveis fósseis irá cair e, consequentemente, ampliará a demanda por outras fontes de energia. Apesar de não propor um plano de transição energética, a posição da Petrobras, umas maiores empresas no setor fóssil do mundo, demonstra um certo avanço da temática. Primeiramente, há o discurso de que a transição energética no Brasil está avançada muito devido às oportunidades do perfil energético do país e que a continuidade da descarbonização requer identificar o menor custo e a energia mais barata. (Petrobras, 2022, p.10). Cabe destacar que a empresa possui um Plano Estratégico 2022-2026 que prevê o investimento de US$ 2,8 bilhões para redução e mitigação de emissões, incluindo ações para descarbonização das operações, bioprodutos e pesquisa e desenvolvimento em baixo carbono (Petrobras, 2022, p.12). Apesar do reconhecimento dos esforços e ações necessárias para a redução de emissões de carbono, a empresa não assume que irá abandonar o setor fóssil, como demandam muitos projetos de Green New Deal. A postura frente a transição energética é de aumento da eficiência na produção de petróleo e gás, ou seja, produzir um petróleo de baixo carbono. Para isso, há mais de uma década que a empresa investe em redução da queima de gás natural em rocha e aposta em reinjeção de CO2 como práticas que permitirão a empresa se adaptar à mundo de baixo carbono.

Sendo assim, é importante frisar que todos os projetos de GND visam, em algum momento, superar as energias fósseis. Contudo, principalmente os países em desenvolvimento podem ter mais dificuldades de abandonar estes recursos, como é o caso da China e da África do Sul, que possuem suas matrizes energéticas atreladas ao carvão. A saída para casos como estes pode estar realmente na inovação do setor fóssil e em tecnologias para se obter um petróleo e gás que emitem pouco carbono na atmosfera. Ainda que propor soluções como esta pode ser questionável e criticada no debate sobre transição energética, esta pode ser uma saída para os países do Sul-Geopolítico, não a principal, mas uma complementar. Não significa promover a energia fóssil a longo prazo, mas sim reconhecer que para certas nações, que sofrem, por exemplo, com insegurança energética, o debate sobre energias renováveis ainda está muito distante.

[30] https://epbr.com.br/prates-defende-petrobras-como-impulsionadora-da-transicao-energetica-no-pais/

Dados mostram que o acesso à energia renovável pode ser considerada um luxo. As maiores cinco economias do mundo, EUA, China, Japão e Reino Unido, representam menos da metade da população global. Entretanto, possuem mais de ⅔ das energias solares e eólicas do mundo. Estas nações aumentaram suas capacidades, somente no ano de 2022, em mais de 40% no setor solar e 45% no eólico. Outra questão que exemplifica a desigualdade energética no mundo é o cenário do aproveitamento das capacidades das energias renováveis. Por exemplo, a Dinamarca, que possui um péssimo potencial para energia solar, já instalou vinte vezes mais painéis solares que a Argélia, esta que possui 70% a mais de potencial solar e supera em sete vezes a população do país europeu[31]. Dessa maneira, o caminho para um mundo justo e livre de carbono deve-se atentar para as demandas e realidades dos países do Sul-Geopolítico, uma vez que as dificuldades em diversos aspectos e variáveis são muito maiores.

Outro fator que incide diretamente os países em desenvolvimento é a corrida pelos recursos minerais para atender a demanda de baterias para o setor eólico e solar. A transição energética, substituição das energias fósseis para energias limpas, não eliminará impactos ambientais. Ainda que se consiga o objetivo de limitarmos a temperatura do planeta à 2º C reduzindo as emissões de carbono, outros setores ambientais serão gravemente impactados pela corrida aos minérios essenciais neste modelo energético, como o lítio, cobre, cobalto e níquel. Como, por exemplo, o aumento de desmatamento na Amazônia, uso intensivo de água do deserto do Atacama, no Chile e contaminação do solo e lençóis freáticos nas áreas de extração. Sem contar com os riscos de desastres socioambientais, como os que ocorreram em Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais[32].Estes materiais são predominantemente destinados para os veículos elétricos e para a energia gerada pelas fontes renováveis (eólica e solar). A perspectiva é que, em 2030, as baterias devam responder por aproximadamente 75% da demanda de lítio (Vale, E, 2021).

Desse modo, cabe constatar que a transição energética, atualmente, está acontecendo e sendo debatida em maior grau nos países desenvolvidos. Para realizá-la estes dependerão dos recursos minerais localizados exatamente nos países em desenvolvimento. A história parece se repetir se olharmos para a forma pela qual as potências mundiais se desenvolveram, através de processos de dominação como o colonialismo e o imperialismo, que forneceram as matérias-primas para a industrialização da Europa no século XIX. A dinâmica do atual sistema é um

[31] https://www.bloomberg.com/graphics/2022-wind-solar-maps-renewable-energy-equity-data
[32] https://www.omniaonline.com.br/transicao-energetica-traz-dilema-ambiental-na-mineracao/

pouco diferente, uma vez que a dominação não é mais apenas política, mas sim através do capital das corporações transnacionais. Muitas empresas multinacionais se localizam nos países em desenvolvimento para extrair os recursos naturais, como é bem notado do caso do setor fóssil. A diferença entre um sistema fóssil e um verde é que a principal poluição derivada do atual sistema parte da emissão de carbono e outros gases poluentes à atmosfera, sendo este efeito global e não local. Assim, uma empresa estadunidense causará impactos ambientais em seu país realizando a extração de petróleo no Brasil, uma vez que os efeitos das mudanças climáticas ultrapassam as fronteiras nacionais. Contudo, no caso da mineração, os impactos socioambientais são sentidos diretamente pela comunidade local. A problemática é bem resumida por Aronoff et al, 2020:

> "A contradição contundente no cerne da transição energética está no fato de que é preciso deixar as fontes sujas de petróleo, carvão e gás para evitar o caos climático, mas os processos extrativos necessários para concretizar um mundo alimentado por energia solar e eólica envolvem suas próprias consequências sociais e ambientais devastadoras." (Aronoff et al, 2020, p.190).

Sendo assim, caímos num debate, valeria a pena realizar a transição energética afim de alcançarmos os objetivos climáticos às custas de outros danos ambientais, sendo estes destinados especificamente aos países do Sul-Geopolítico? Não se pretende responder esta pergunta neste trabalho, contudo, é possível afirmar que reconhecer esta dinâmica e promover a transição energética é uma escolha política. Dessa forma, ressalta-se a grande importância da dinâmica local ao se pensar projetos de GDN que atendam as dinâmicas específicas de cada comunidade, país e região. As saídas para este confronto estão na busca por tecnologias que possam extrair metais de forma mais limpa e responsável e, também, por uma regulação mais rígida para as práticas mineradoras.

5 **CONCLUSÃO**

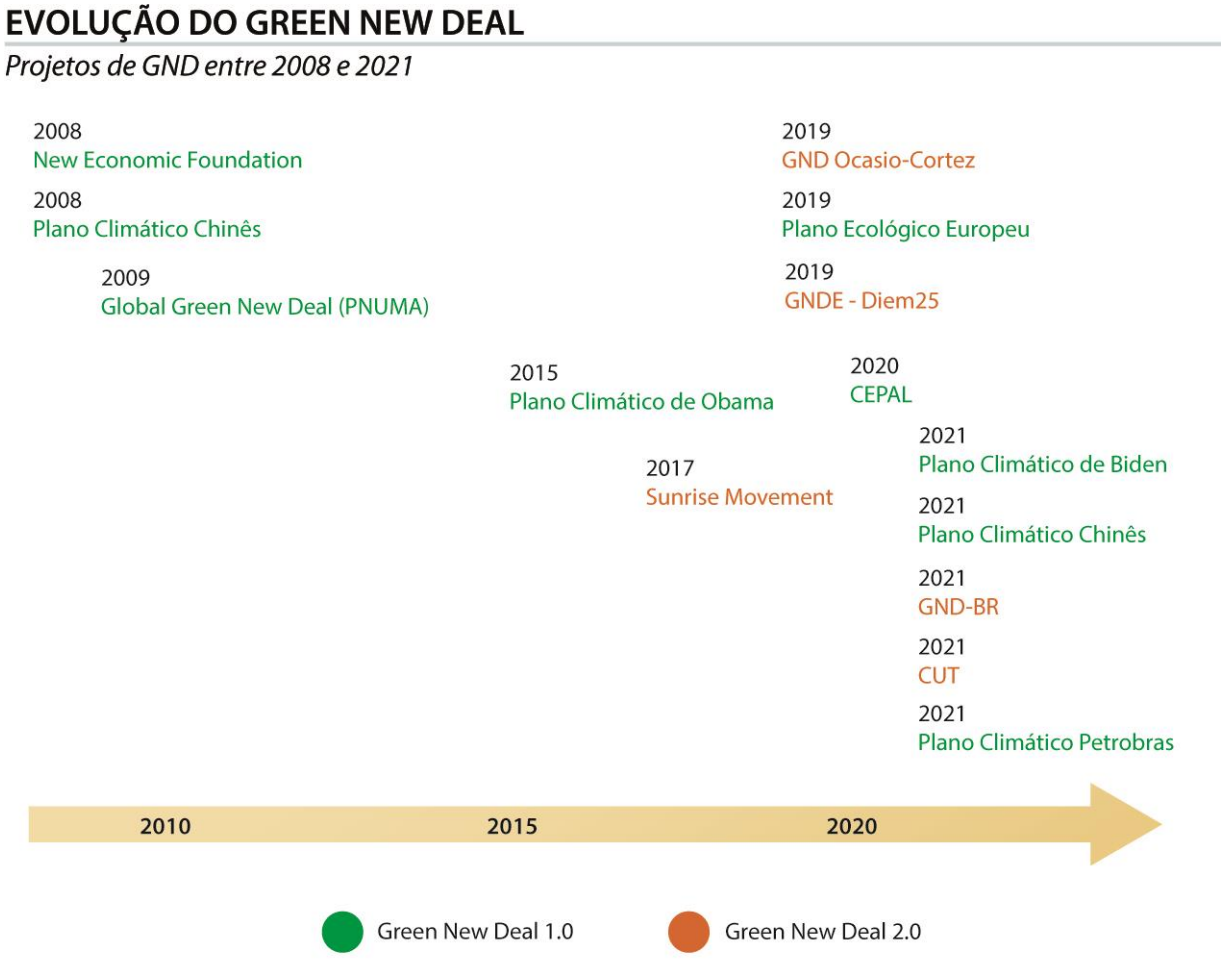
Frentes aos desafios múltiplos (clima, desenvolvimento econômico e desigualdades marcantes), os projetos de Green New Deal propõem, de diferentes formas e em diferentes níveis, soluções potenciais para os diferentes problemas de aquecimento planetário e instabilidade climática enfrentados pela humanidade no século XXI.

Após a análise de projetos ou pensamentos sobre transição energética em diferentes países, com realidades políticas, sociais e econômicas diferentes, é possível concluir que ao longo de uma década, desde que a nomenclatura passou a ser utilizada do debate público, o GND sofreu transformações significativas, principalmente na forma pela qual a questão social é encarada. Uma das principais características ao observar esta evolução é reconhecer que existem projetos provindos de organizações civis, como institutos de pesquisas e movimentos sociais e da política, originados a partir das burocracias do Estado e corpo legislativo.

O GND 1.0, muito pelo contexto da superação da crise financeira de 2008, tinha como um ponto central a retomada do crescimento econômico de forma sustentável. Desse modo, as soluções eram propostas muito mais pela via do mercado. Já no GND 2.O, a presença dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil é muito mais relevante, contribuindo para que as questões como desigualdade social, racismo e gênero também fossem contempladas nos projetos, até mesmo em projetos políticos. Esta influência é observada pelo peso social que a proposta de GND da congressista Ocasio-Cortez possui, muito influenciada pelo movimento climático Sunrise. Dentre estas diferenças, pelo lado dos projetos da sociedade civil há uma forte marca da necessidade de superação do capitalismo, enquanto modelo de desenvolvimento e sistema econômico-político. Além disso, abarcam temas como garantia de qualidade de vida, emprego, saúde e educação como pontos chaves e inegociáveis ao se pensar uma transição. Já os projetos políticos, como o da União Europeia e o de Biden, mesmo que abordem a questão sociais e assumam realizar uma transição justa, na qual ninguém fique de fora, estas questões possuem um grau de importância e complexidade menor.

Os estudos de caso mostraram que o GND não pode ser classificado com um projeto unitário de uma nação. Por exemplo, ainda que a União Europeia possua um projeto de GND em curso, há outros projetos e debates para além do “oficial”, podendo possuir ideias diferentes sobre o que seria um verdadeiro projeto de transição energética. Nota-se que ainda que haja diferenças, os projetos políticos do GND 2.0 estão muito mais próximos dos projetos da sociedade civil do que estariam os projetos do GND 1.0.

Linha do tempo 1: Evolução do Green New Deal



Fonte: Elaboração própria.

Na elaboração deste trabalho utilizou-se a tipologia de MASTINI, R et al, 2021, sobre os dois momentos de GND, o Green New Deal 1.0 e o Green New Deal 2.0 para classificar as principais propostas sobre transição energética e a suas evoluções. Como já abordado, a análise dos projetos de GND mostram que ocorreram duas fases de maior expressão destas propostas, podendo ser feita a classificação entre dois períodos de temporalidade diferentes, o primeiro movimento no final da década de 2000 e o segundo no final da década de 2010. Todavia, para realizar a classificação dos projetos na linha do tempo, como GND 1.0 e GND 2.0, foi proposto uma nova metodologia. Utilizou-se como base os 10 pilares da proposta do Diem25 (ver tabela1, p. 37). Nesta proposta, é argumentado que para ser considerado como GND, o projeto deve apresentar dez elementos principais. Estes elementos, já abordados anteriormente, possuem um aspecto mais “radical”, estando diretamente ligados às pautas sociais e com forte

crítica ao modelo econômico e de desenvolvimento atual. Sendo assim, foi introduzido uma adaptação, os projetos que de acordo com o documento dos 10 pilares não seriam considerados como GND, foram classificados como GND 1.0. E os demais que possuem todas as características foram classificados como GND 2.0.

Desse modo, na linha do tempo foi demonstrado que a evolução do GND não está relacionada somente pela temporalidade. É possível também classificar os projetos a partir do peso que a questão social e de transformação do modelo de organização social e econômica possuem em cada um. Desta forma, pode-se observar pontos fora da curva. O projeto de GND de Ocasio-Cortez é considerado como GND 2.0 ao passo que projetos como o PEE, Plano Climático de Biden e da CEPAL foram classificados como GND 1.0. O GND de Ocasio se diferencia frente a estes projetos pois possui ações muito assertivas na pauta social e com uma estratégia de ação no curto prazo, características não observada nos demais. Apesar de também ser um projeto político, não foi um projeto proposto por um líder do executivo, como foi o plano de Biden e da Ursula Von der Leyen. Essa característica faz com que o projeto consiga ser mais amplo e completo, por não receber tanta pressão política e econômica. Nesta mesma linha, o plano do ex-deputado Alessandro Molon também se encaixa nesta análise, uma vez que é um projeto de um congressista e possui um forte aspecto social e de reformulação do aparato estatal, principalmente em relação a tributação fiscal. Os demais planos provindos da sociedade civil, como o Sunrise Movement, o da CUT e o GNDE do Diem25 foram classificados como GND 2.0, exatamente por serem propostas de fortes reivindicações pela mudança estrutural do sistema, intrínseco alinhamento com as causas sociais e de luta pelo combate à desigualdade.

O debate sobre a dimensão global e local ganha um peso maior quando analisamos a perspectiva do GND no Sul Geopolítico. As demandas e realidades destes países são específicas e a superação da energia fóssil pode se mostrar muito mais difícil e complexa em relação aos países do Norte, uma vez que permanece a reivindicação, típica de justiça socioambiental e climática, de um direito ao desenvolvimento dessas sociedades do Sul. Assim, destaca-se a importância de projetos e pensamentos sobre transição energética no mundo em desenvolvimento. O projeto GND-BR, do deputado Molon, é um grande exemplo da necessidade de se pensar nacionalmente as demandas sociais e econômicas de um país para operacionalizar e demonstrar como é possível realizar um projeto de GND. A dimensão global também é de suma importância, principalmente, porque nenhum país realizará uma transição energética sozinho, sendo a cooperação internacional um forte componente para se pensar um GND Global.

Os países em desenvolvimento dependerão, em muitos casos, das tecnologias dos países desenvolvidos para conseguir implementar as energias renováveis. Contudo, como foi observado, a dinâmica de uma transição energética global pode afetar diretamente os países do Sul-Geopolítico, uma vez que a busca pela superação dos fósseis não está livre de impactos sociais e ambientais. Dessa forma, os projetos e pensamentos sobre GND que assumem uma posição mais crítica ao atual modelo econômico-político são vitais para orientar a posição dos países em desenvolvimento. Se há um projeto de transição energética global e ele seguir os mesmos caminhos do atual sistema, como busca desenfreada pelo lucro e poucas garantias sociais, os países que historicamente receberam processos de exploração, continuarão a serem explorados e sofrerão com as consequências deste contínuo processo.

Por fim, os GND fazem cada vez mais parte do debate público e político nas sociedades. Muitas empresas, políticos e Estados reconhecem que a transição energética deverá ocorrer, se quisermos manter condições de vida suportáveis no planeta Terra. A transição, todavia, não está livre de proporcionar desvantagens, principalmente apara aqueles menos desfavorecidos, tanto no nível nacional como internacional. Sendo assim, reforça-se a importância do papel dos movimentos sociais e organizações para que a transição realmente possa oferecer um mundo mais justo, igual e próspero, tanto para os seres humanos como para a natureza.

REFERÊNCIAS

ARONOFF, K. et al. **Um Planeta a Conquistar: A Urgência de um Green New Deal**. Autonomia, São Paulo, 2021.

ASCELRAD, H. et al. **O que é Justiça Ambiental?** Garamond, Rio de Janeiro, 2009.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **The 14th Five-Year Plan of the People's Republic of China - Fostering High-Quality Development**. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22617/BRF210192-2

Banco Mundial. **China's Transition to a Low-Carbon Economy and Climate Resilience Needs Shifts in Resources and Technologies**. Beijing, 2022. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/10/12/china-s-transition-to-a-low-carbon-economy-and-climate-resilience-needs-shifts-in-resources-and-technologies

BARBIER, E. **A Global Green New Deal: Rethinking the Economy Recovery.** Cambridge, New York, 2010.

BIDEN, J; HARRIS, K. **The Biden Plan for a Clean Energy Revolution and Environmental Justice**. 2020. Disponível em: https://joebiden.com/climate-plan

BIDEN, J; HARRIS, K. **The Biden Plan to Build a Modern, Sustainable Infrastructure and an Equitable Clean Energy Future**. 2020. Disponível em: https://joebiden.com/clean-energy/

BLOOMFIELD, J; STEWARD, F. **The Politics of the Green New Deal.** The Political Quarterly, vol. 91, no. 4, p. 770-779, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1467-923X.12917

BRAGA, P; DUARTE, R. **Os Desafios de Caracterizar e de Formular a Grande Estratégia em Países do Sul-Geopolítico: uma Análise do Caso Brasileiro**. *IN:* MILANI, C; KRAYCHETE, E: Política Externa e Desenvolvimento no Sul-Geopolítico. EDUFBA, Bahia, 2022.

CASA BRANCA. **Climate Change and the President Obama's Action Plan.** 2015

CASA BRANCA. **President Obama on Climate Change**. 2016

CEPAL. **Um grande impulso para a sustentabilidade no setor energético do Brasil: Subsídios e evidências para a coordenação de políticas**. 2020

CHAIT, J. **Obama Had a Green New Deal, and It Worked. Let's Do That Again**. The National Interest. 2019

CHEN, Y; LI, A: **Global Green New Deal: A Global South perspective**. Sage, The Economic and Labour Relations Review, vol. 32(2), p. 170-189, 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **Pacto Ecológico Europeu**. Bruxelas, 2019. Disponível: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52019DC0640&from=PT

CONGRESSO AMERICANO. **Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal**. H. Res. 109, 116th. Disponível em: <https://www.congress.gov/116/bills/hres109/ BILLS-116hres109ih.pdf>.

CUT. **Transição Justa: Uma Proposta Sindical para Abordar a Crise Climática e Social**. São Paulo, 2021.

DIEM25. **The Green New Deal for Europe: 10 Pillars**. 2021.

DIEM25. **The Green New Deal for Europe: For Europe's Just Transition**. Edition II, 2019.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Green Deal: key to a climate-neutral and sustainable EU**. 2022. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20200618STO81513/green-deal-key-to-a-climate-neutral-and-sustainable-eu

FODRÓCZY, E. **El giro climático en Estados Unidos bajo Biden: The Climate Policy Turn in the United States under Biden**. Norteamérica, año 16, n. 1, enero-junio, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22201/cisan.24487228e.2021.1.4

GALVIN, H.; HEALY, N. **The Green New Deal in the United States: What it is and how to pay for it**. Energy Research & Social Science, vol. 67, p. 1-9, set. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101529

GND-BR. **Green New Deal Brasil. 30 Ações até 2030 Para um Desenvolvimento Justo e Sustentável**. 2021. Disponível em: https://www.gnd-brasil.com/

GRUMBINE, E. **Is China Ready to Commit to a Green Energy Future?** Sierra Club, 2021. Disponível em: https://www.sierraclub.org/sierra/china-ready-commit-green-energy-future

GUSTAFSON et al. **The Development of Partisan Polarization over the Green New Deal**. Nature Climate Change. p. 940-944, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41558-019-0621-7

GUSTAFSON et al. **The Green New Deal has Strong Bipartisan Support**. Yale Program on Climate Change Communication, 2018. Disponível em: https://climatecommunication.yale.edu/publications/the-green-new-deal-has-strong-bipartisan-support/

HUBER, M. **Como o Green New Deal se tornou a Lei de Redução da Inflação e perdeu sua alma: Uma análise da derrota do Green Neal Deal nos Estados Unidos**. Revista Movimento, 2022. Disponível em: https://movimentorevista.com.br/2022/08/como-o-green-new-deal-se-tornou-a-lei-de-reducao-da-inflacao-e-perdeu-sua-alma/

IEA. **World Energy Outlook**, 2022.

IPCC. **Climate Change 2007: Synthesis Report An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. 2007.

IPCC. **Climate Change 2022. Mitigation of Climate Change. Summary for Policymakers.** 2022

JORRIT, G; FRANK, J. **China's post-COVID-19 stimulus: No Green New Deal in sight**. Elsevier. Environmental Innovation and Societal Transitions, vol. 36, p. 250-254, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.eist.2020.07.004

KENNEDY, R. **A New Deal for Nature - And Nature's People**. *In:* HENDERSON, H; WOOLNER, D. FDR and the Environment. Palgrave McMillan, New York, 2005

MARTIN, H; IBRAHIM, F. **Green New Deal Politics: From Grassroots to Mainstream**. Common Wealth, 2019. Disponível em: https://www.common-wealth.co.uk/publications/green-new-deal-politics-from-grassroots-to-mainstream

MASTINI, R et al, 2021. **A Green New Deal without growth?** Elsevier, Ecological Economics, n. 179, p. 1-9, 2021.

NEW ECONOMIC FOUNDATION. **A Green New Deal: Joined-up policies to solve the triple crunch of the credit crisis, climate change and high oil prices**.2008

PETROBRAS. **Caderno de Mudança do Clima**. 2022. Disponível em: https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/meio-ambiente/mudancas-do-clima/

PETROBRAS. **Relatório de Sustentabilidade.** 2021. Disponível em: https://sustentabilidade.petrobras.com.br/

PNUMA. **Global Green New Deal. A Policy Brief**. 2009

PRAKASH, V.; GIRGENTI, G. **Winning the Green New Deaç: Why We Must, How We Can**. Sunrise Movement, 2020.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI.** *In:*BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Editora Brasiliense. São Paulo, 1993.

SCHWARTZMAN, D. **Green New Deal: An Ecosocialist Perspective**. Capitalism, Nature, Socialism, vol. 22(3), p. 49-56, 2011.

SEEG. **Análise das Emissões Brasilerias de Gases de Efeito Estufa e suas Implicações para as Mestas do Brasil 1970-2020.** 2021.

STATE COUNCIL. **Responding to Climate Change: China's Policies and Actions**. Beijing, 2021. Disponível em:

http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202110/27/content_WS617916abc6d0df57f98e3f3b.html

STATE COUNCIL. **White paper: China's Policies and Actions for Addressing Climate Change**. Beijing, 2008. Disponível em: https://www.ccchina.org.cn/WebSite/CCChina/UpFile/File419.pdf

UNEP. **China's 14th five-year plan Spotlighting climate and environment**. Beijing, n. 10, 2021.

VALE, E. O Impacto das Novas Tecnologias na Demanda do Lítio. Radar, n. 65, p. 11-15, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/radar65art2

YOUNG et al. **Green New Deal Como Estratégia de Desenvolvimento Pós-Pandemia: Lições da Experiência Internacional.** Revista tempo do mundo, n.26, p. 145-173, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.38116/rtm26art4

YOUNG et al. **Um Green New Deal para o** Brasil. GV Executivo. Caminhos para a Sustentabilidade, vol. 21, n.1, p. 27-34, 2022. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/85513